



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS -
LICENCIATURA**

SÃO LUÍS

2015



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
(LICENCIATURA) DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Comissão de Elaboração:

José Antonio Ribeiro de Carvalho

Helciane de Fátima Abreu Araujo

Domingos Cantanhede

Neuzeli Maria de Almeida Pinto

Marivânia Leonor Souza Furtado

Greilson José de Lima

Zulene Muniz Barbosa

Portaria nº 11A /2015

SÃO LUÍS – MA

2015



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

ESTRUTURA DE GESTÃO

Professor Gustavo Pereira da Costa

Reitor da Universidade Estadual do Maranhão

Professor Walter Canales Sant'ana

Vice – Reitor da Universidade Estadual do Maranhão

Professora Andréa de Araújo

Pró-Reitora de Graduação

Professor Gilson Martins Mendonça

Pró-Reitor de Administração

Professor Antônio Roberto Coelho Serra

Pró-Reitor de Planejamento

Professor Marcelo Cheche Galves

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Professor Porfírio Candanedo Guerra

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis

Professora Helciane de Fátima Abreu Araujo

Diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Professor José Antônio Ribeiro de Carvalho

Diretor do Curso de Ciências Sociais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
1 JUSTIFICATIVA	
2 CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA UEMA	
2.1 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
2.2 INFORMAÇÕES BÁSICAS	
2.3 MISSÃO DA INSTITUIÇÃO	
2.4. INSTALAÇÕES FÍSICAS DA UEMA	
3 O CURSO: PROPOSTA E PERSPECTIVA	
3.1 FILOSOFIA EDUCATIVA DO CURSO	
3.1.1 Referenciais Orientadores Éticos-políticos	
3.1.2 Referenciais Epistemológicos Educacionais e Técnicos	
4.2 MISSÃO DO CURSO	
4.3 OBJETIVOS DO CURSO	
4.3.1 Objetivo Geral:	
4.3.2 Objetivos Específicos:	
4.4 TITULAÇÃO DO CURSO	
4.4.1 Campo de Atuação	
4.4.2 Habilidades do Graduando	
4.5 DESAFIOS DO CURSO	
4.6 INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O CURSO	
4.7 NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	
5 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO	
5.1 COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA	
5.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA	
6 AVALIAÇÃO	
7 CURRÍCULO DO CURSO	
7.1 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	
7.2 CURRÍCULO DO CURSO	
7.2.1 Quadro 1 - Núcleo Comum	
7.2.2 Quadro 2 – Núcleo Específico	
7.2.3 Quadro 3 - Núcleo Livre	
7.3 PERIODIZAÇÃO	
7.4 CREDITOS	
7.5 EMENTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
7.5.1 Disciplinas do Núcleo Comum	
7.5.2 Disciplinas do Núcleo Específico	
7.5.3. Disciplinas do Núcleo Livre	
7.6 A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR INVESTIGATIVO	
7.6.1 Interdisciplinaridade	
7.6.2 Projetos Integradores	
7.6.3 Integração com as Redes Públicas de Ensino	
7.7 PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - PIBID	
7.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	
7.8.1 Coordenação de Estágio	
7.8.2 Competências do Professor Orientador	

7.8.3 Competências do Coordenador Institucional	
7.8.4 Competências do Aluno-Estagiário	
7.8.5 Áreas de realização	
7.9 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)	
7.10 MONITORIA	
7.11 O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	
7.11.1 O aluno	
7.11.2 Orientador de TCC	
7.11.3 O Projeto do trabalho de Conclusão de Curso	
7.12 PESQUISA	
7.12.1 - Projetos de Pesquisa desenvolvidos por professores do Departamento de Ciências Sociais	
7.12.2 - Projetos de Pesquisa - PIBIC desenvolvidos por professores do Departamento de Ciências Sociais	
7.13 EXTENSÃO	
7.13.1 - Projetos de Extensão desenvolvidos por professores do Departamento de Ciências Sociais	
8. RECURSOS HUMANOS	
8.1 DOCENTES	
8.2 GESTOR	
8.3 TÉCNICA ADMINISTRATIVA	
9 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS DO CURSO	
10 ACERVO BIBLIOGRAFICO	
11 REFERÊNCIAS	

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do curso de Ciências Sociais - Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) tem como objetivo atender os órgãos colegiados pautados nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação Superior, datada de abril de 2010. Para a reformulação do Projeto Pedagógico, foi constituída uma comissão, cujos componentes são oriundos do Núcleo Docente Estruturante, Colegiado do Curso e representação estudantil.

O Curso de Ciências Sociais – Licenciatura da UEMA, Campus São Luís, oferece sólida formação teórica, metodológica e prática, nas áreas que compõem este campo científico – a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia - e assim habilita especialmente seu aluno para o trabalho interdisciplinar e multiprofissional. Além de uma rigorosa formação teórica nas principais correntes de pensamento das Ciências Sociais, o curso oferece um elenco bastante variado de disciplinas eletivas e de práticas como componentes curriculares, que possibilitam a formação do pesquisador e do professor, promovendo a constituição de trajetórias singulares de conhecimento e formação.

Este projeto de curso se propõe desenvolver, de maneira original, o ensino e a pesquisa. Considera-se que, nessa área do conhecimento, uma formação que propicia o desenvolvimento de pesquisa competente e atualizada da realidade social, também garantindo a excelência no campo do ensino, em seus vários níveis.

Por essa razão, o licenciado disponibiliza instrumentos apurados e lhe é oferecido repertório fundamental ao trabalho do professor, além daquele que deve ser especialmente construído a partir do conhecimento teórico e das práticas didáticas e pedagógicas.

O licenciado em Ciências Sociais tem como especificidade a formação das habilidades e competências que permitam a definição de estratégias didático- pedagógicas voltadas para o ensino da Sociologia, tal como a capacidade de apreender temas candentes da realidade social na qual a escola se insere, de modo a transformá-los em objetos e problemas a serem trabalhados em sala de aula.

Na atualidade, tais pressupostos ganham ainda maior sentido considerando o retorno, após 35 anos, da Sociologia e da Filosofia à grade de disciplinas obrigatórias do ensino médio, a partir da decisão tomada em 2006 por várias instâncias do governo federal. Há, portanto, uma demanda vigorosa por profissionais bem formados para atuarem nessa área e a Universidade Pública se vê assim diante da chance de, mais uma vez, responder de maneira

adequada às suas funções.

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura e a Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, de que é objeto a atual reforma curricular, foram concebidos em conformidade com os seguintes documentos:

- a) Regulamentação profissional: Lei n° 6888, de 10 de dezembro de 1980 (que dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências), regulamentada pelo Decreto n° 89.531, de 5 de abril de 1984;
- b) Diretrizes Curriculares: retificado pelo Parecer CNE/CES 1363/2001, de 12 de dezembro de 2001 (que trata das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Ciências Sociais) e pela Resolução CNE/CES 17/2002, de 13 de março de 2002 (os quais dispõem sobre a orientação e formulação do projeto pedagógico de curso).
- c) Licenciatura: os documentos que normatizam os cursos de Licenciatura, produzidos pelo Conselho Nacional de Educação – CNE em função da regulamentação da Lei n° 9.394/06 são os seguintes: Decreto n° 3276, de 6 de dezembro de 1999 (que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências); Parecer CNE/CP n° 9/2001, de 8 de maio de 2001 (que trata das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena); Parecer CNE/CP n° 27/2001, de 2 de outubro de 2001 (que dá nova redação ao item 3.6, alínea c., do Parecer CNE/CP n° 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso licenciatura, de graduação plena); Parecer CNE/CP n° 28/2001, de 2 de outubro 2001 (que dá nova redação ao Parecer CNE/CP n° 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena); Resolução CNE/CP n° 1/2002, de 18 de fevereiro de 2002 (que institui as Diretrizes Curriculares nacionais para a Formação de professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena); Resolução CNE/CP n° 2/2002, de 19 de fevereiro de 2002 (institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores de Educação Básica em nível superior); Parecer CNE/CP n° 4/2005 (que aprecia a Indicação CNE/NP

nº 3/2005, referente às diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores fixados pela Resolução CNE/CP nº 1/2002); Parecer CNE/CP nº 5/2006, de 4 de abril de 2006 (que aprecia a Indicação CNE/CP nº 2/2002 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de formação de professores para a Educação Básica); Parecer CNE/CP nº 9/2007, de 5 de dezembro de 2007 (que trata da reorganização da carga horária mínima dos cursos de Formação Profissional em nível da Educação Básica e Educação Profissional no nível da Educação Básica.

- d) Estágios: Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação de art. 428 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.425, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências);
- e) Resolução CEPE/UEMA nº 1045/2012 de 19 de dezembro de 2012 (que aprova as Normas Gerais do Ensino de Graduação.
- f) Resolução CONSUN/UEMA nº 560/2005 de 20 de outubro de 2005(que cria a Curso em Ciências Bacharelado e Licenciatura).

1 JUSTIFICATIVA

O Curso de Ciências Sociais - Licenciatura da UEMA justifica-se pelos seguintes motivos:

a) compromisso da Universidade Estadual do Maranhão com uma educação inclusiva, capaz de melhorar os indicadores sociais do Maranhão;

b) demanda de professores de Sociologia no Estado do Maranhão, mediante a obrigatoriedade desta disciplina no currículo do Ensino Médio, a partir da Lei nº 11.684/2008;

c) necessidade da formação de professores detentores de aportes teóricos e metodológicos que lhes permitam o exercício de uma docência reflexiva e propositiva.

A UEMA tem como finalidades precípuas, segundo seu estatuto, promover o desenvolvimento integral do homem, cultivar o saber em todos os campos do conhecimento em todo o território maranhense.

Na perspectiva de cumprir suas finalidades, torna-se relevante à UEMA oferecer à sociedade maranhense professores para a Educação Básica detentores de uma sólida formação teórica e metodológica ancorada na integração das áreas que compõem o campo científico denominado de Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e conhecimentos conexos, com capacidade de “compreensão global do fenômeno social e de suas manifestações no âmbito da sociedade, constituindo-se em referencial para o conhecimento e análise da realidade.”¹

Por outro lado, os indicadores sociais da educação, no Maranhão, desafiam os governantes e as universidades, especialmente a UEMA que é mantida com recursos orçamentários do Estado. Assim, a formação de professores reflexivos, comprometidos com uma educação inclusiva e de qualidade, torna-se uma tarefa imprescindível para esta Instituição de Ensino Superior.

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais visa a suprir uma demanda do mercado de trabalho, aquecida mediante a promulgação da Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, que altera o artigo 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – seus termos preconizam o retorno da Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos de Ensino Médio, depois de vários anos de intermitência.

¹ Projeto Pedagógico da Universidade Federal do Pará - UFPA, p. 18.

Observa-se que o fato de ser estabelecida a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no ensino médio não garantiu, a uma grande parte dos estudantes maranhenses e brasileiros, o acesso a um profissional especializado neste campo de conhecimento, o que pode causar sérios prejuízos aos estudantes do ensino médio, particularmente nas avaliações de cunho nacional e estadual, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o vestibular desta instituição.

Nesse sentido, Lennert (2012, p. 43), respaldada no Censo Escolar de 2007, demonstra que, “no país, apenas 13,2 % dos professores de Sociologia são formados em Ciências Sociais. Os demais são formados em Pedagogia (22,5%), História (19,4 %), Filosofia (11,4%) e Geografia (9,2%),” razão pela qual a autora esboça preocupação e aponta possíveis soluções:

O fato de 87% dos professores de Sociologia não possuírem formação na área é alarmante e aponta para a necessidade de concursos para a contratação de professores com formação específica; e, também, de políticas de formação docente. (LENNERT, 2012, p. 43, Grifo nosso).

A falta de professores de Sociologia, principalmente nas escolas públicas, associa-se ao dado mencionado em linhas acima quando se tratou de evidenciar a cobrança de conhecimentos desta matéria em exames de acesso ao ensino universitário. Nesses exames, os candidatos são instados a demonstrar a compreensão prévia de conceitos, temas e teorias. Além disso, vale ressaltar que esses conhecimentos serão fundamentais para o aluno entender a contextualização de questões da grande área denominada ciências humanas e suas tecnologias.

Tal cenário aponta para a necessidade de ruptura com o *complementarismo de carga horária*, adotado na maioria das escolas públicas deste país e, no Maranhão, não é diferente. A esse respeito, Mirhan (2015, p. 78) corrobora com a crítica ao *complementarismo de carga horária*, afirmando que

Os docentes com diversas formações, em muitos casos têm na Sociologia um ‘complemento’ em sua carga horária, organizando suas aulas a partir dos sumários dos livros didáticos fornecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Diante das exigências anteriormente elencadas, esse problema contribui para agravar a baixa qualidade do ensino médio e inviabilizar o acesso de milhares de jovens à

universidade pública, haja vista não terem acesso ao conhecimento especializado conforme preconiza a LDB, o que indica a pertinência do Curso Ciências Sociais - Licenciatura.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA UEMA

2.1 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual do Maranhão

CAMPUS: Paulo VI São Luís

UNIDADE ACADÊMICA: Departamento de Ciências Sociais

CNPJ: 06.352.421/0001-68

ENDEREÇO: Cidade Universitária Paulo VI, Caixa Postal 09: SAO LUIS, MA. CEP 65055-310

TELEFONE: (98) 3245-5461 FAX: (98) 3245-5882

SITE: <http://www.uema.br/>

EMAIL: cursodecienciassociais@gmail.com

TELEFONE DA REITORIA: + 55 98 3245-5882

TELEFONE DA PROG: + 55 98 3269-4623

MANTENEDORA: Governo do Estado do Maranhão

2.2 INFORMAÇÕES BÁSICAS

A UEMA teve sua origem na antiga Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), sendo criada pela lei Estadual nº. 3.260 de 20 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do Sistema Educacional Superior do Maranhão e foi constituída, inicialmente, de quatro Unidades de Ensino Superior: Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Educação de Caxias. A FESM incorporou a Faculdade de Educação de Imperatriz, em 1972, e a Escola de Medicina Veterinária em 1975.

A FESM foi transformada em Universidade Estadual do Maranhão pela Lei 4.400 de 30 de dezembro de 1981, com sede e foro na cidade de São Luís, tendo autorizado seu funcionamento pelo Decreto Federal nº 94.143, de 25 de maio de 1987. A UEMA é uma autarquia de natureza especial, gozando de autonomia didático - científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com o que preceitua o artigo 272 da Constituição do estado do Maranhão. A UEMA foi reestruturada pelo Decreto nº 13819, de 25 de abril de 1994. Atualmente, conta com 22 campi e 25 Centros de Estudos Superiores.

Paralelamente à estruturação dos Centros de Estudos, a UEMA vem investindo, nos últimos anos, na construção de cursos de pós-graduação, em níveis de Especialização, Mestrado e Doutorado. Atualmente, a UEMA dispõe do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, com cursos de Mestrado e Doutorado; o Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ambiente e Saúde (PPGBAS) - Mestrado; Mestrado em Ciência Animal; Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional; Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia; Mestrado em Engenharia da Computação e Sistemas; Mestrado em Defesa Sanitária Animal; Mestrado em História, Ensino e Narrativas; Mestrado em Recursos Aquáticos e Pesca. Recentemente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) aprovou o Mestrado Acadêmico em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço do Departamento de História e Geografia (DHG).

A Universidade dispõe de um Núcleo de Tecnologias para Educação da UEMA (UEMANET), responsável pela coordenação da modalidade de Educação a Distância e por outras ações educacionais que demandam a utilização de recursos tecnológicos. Criado pela Resolução nº 239/2000 do Conselho Universitário (CONSUN), o núcleo está subordinado à Reitoria e se articula com as Pró-Reitorias e Centros de Estudos Superiores, com o objetivo de assegurar a integração de esforços e a otimização de recursos para o pleno desenvolvimento das suas ações. O Núcleo presta suporte tecnológico à educação presencial e é responsável pela concepção, intermediação, gestão, avaliação e difusão de projetos educacionais na modalidade a distância da UEMA.

A UEMA desenvolve, ainda, o Programa Darcy Ribeiro, desde o ano de 2009, com o objetivo de formar professores para a educação básica, nos cursos de Ciências (Biologia, Física e Matemática), Letras e História. Atualmente, o Programa funciona em 20 polos da UEMA. Para a implantação do Programa foram firmadas parcerias entre a UEMA e as prefeituras. No ano de 2014, foi graduado um total de 2.454 acadêmicos dos cursos de licenciatura em Ciências – Biologia, Física, Matemática, Química – História e Letras de 23 Polos do Programa Darcy Ribeiro.

A UEMA nos últimos anos vem adotando medidas no sentido de promoção da diversidade em seus quadros. No quadro de alunos, o Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior – PAES vem possibilitando maior participação de negros ou oriundos de comunidades indígenas. O vestibular realizado em 2014 incluiu dois sistemas de preenchimento de vagas: o sistema universal e o sistema especial de reserva de vagas: Especial 1 (estudantes negros ou oriundos de comunidades indígenas) e Especial 2 (pessoas com deficiência). Para o Sistema Especial 1: reserva de 10 % de suas vagas de graduação para

estudantes negros (cor preta, conforme nomenclatura do IBGE/2010) e oriundos de comunidades indígenas tendo cursado o ensino médio em escolas públicas. O Sistema Especial 2: 5% das vagas dos cursos de graduação da UEMA para pessoas com deficiência.

No ano de 2010 a UEMA, através do Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia, firmou um convênio com a Secretaria Estadual de Igualdade Social (SEIR) e a Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) para implantação da Especialização Sociologia das Interpretações do Maranhão que capacitou aproximadamente 20 alunos de comunidades quilombolas, indígenas e de quebradeiras de coco babaçu.

Em 2013, como desdobramento desta iniciativa, o Departamento de Ciências Sociais da UEMA conseguiu firmar uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, aprovando junto à CAPES, na modalidade de associação parcial temporária o Programa em Cartografia Social e Política da Amazônia, com um curso nível Mestrado, abrindo a primeira turma no mês de agosto de 2013 com 10 alunos, oriundos de povos e comunidades tradicionais, entre eles quilombolas, indígenas e quebradeiras de coco babaçu. Em 2014, ingressou na segunda turma um aluno kichwa de Pastaza – Equador. O PPGCSPA está envidando esforços no sentido de firmar termos de cooperação com universidades/entidades de países da América Latina e da África, com o objetivo de fomentar o intercâmbio entre os povos e comunidades tradicionais dessas regiões.

Em 2015, a UEMA criou a Assessoria de Acessibilidade ligada ao Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN) e à Reitoria está passando por nova estrutura, devendo ser transformada em uma superintendência, de modo que o tema da acessibilidade seja aprofundado em todas as instâncias da universidade. O Núcleo de Acessibilidade foi criado com o propósito de implementar um trabalho estruturado frente às necessidades das pessoas com deficiência física, visual, auditiva e intelectual por meio do rompimento de barreiras que envolve o preconceito, o direito de ir e vir, o sucesso acadêmico e a comunicação alternativa.

O Núcleo é um órgão executivo da Administração Superior diretamente subordinado à Reitoria, que tem por finalidade atender aos discentes, docentes e técnicos administrativos, em educação com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade. O Núcleo é constituído pela: Coordenação Geral, Setores de Acessibilidades, Comissão de

Acessibilidade. A coordenação geral é composta por: Coordenador de acessibilidade, Secretário do Núcleo, Interprete de Libras, Transcutor de Braille, Especialista em Educação Especial.

Do mesmo modo, atenção especial tem sido dada às questões ambientais. Desde 2000, a instituição já desenvolve ações de Educação Ambiental que visam práticas sustentáveis, embora de forma pontuais, em Cursos de Graduação e Pós-Graduação da UEMA. Em 2010, diante da demanda gerada, foi criada uma Comissão de Educação Ambiental e no ano de 2012 foi instituído como o Ano da Educação Ambiental na UEMA, pontuado como o marco da Educação Ambiental na UEMA. Por se entender que as ações devem ser contínuas constitui-se em 2013 a Comissão Permanente de Educação Ambiental. Em 2014, tendo em vista a necessidade de um órgão hierárquico responsável pelo gerenciamento ambiental institucionalizado foi criada pela reitoria da UEMA a Assessoria de Gestão Ambiental (AGA).

A AGA/UEMA tem como meta desenvolver um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) que envolva todos os segmentos da Universidade na resolução de problemas socioambientais da IES. Visa melhorar o desempenho ambiental da Universidade, apoiado por uma equipe técnica, comitê diretor, corpo docente, corpo discente e técnicos administrativos.

O SGA será estruturado inicialmente em três programas direcionados aos problemas ambientais da Universidade: Educação Ambiental para a Sustentabilidade na UEMA, Impactos Ambientais nos *Campi* da UEMA e Certificação Ambiental. Com a execução do SGA pretende-se mostrar um exemplo prático de gestão sustentável para a sociedade, respeitando as limitações e potencialidades do ambiente, em busca de um equilíbrio ambiental e qualidade de vida para todos.

2.3 MISSÃO DA INSTITUIÇÃO

A UEMA tem por missão histórica, desde a sua fundação, levar a toda a sociedade

maranhense o conhecimento nos diversos campos do saber, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, propiciando a formação dos profissionais capacitados para atender às necessidades advindas do mercado de trabalho, bem como dar respostas adequadas às demandas sociais, políticas, científicas, técnicas e culturais do Estado, visando o seu desenvolvimento sustentável.

2.4. INSTALAÇÕES FÍSICAS DA UEMA

O campus de São Luís, denominado “Cidade Universitária Paulo VI”, tem uma área aproximada de 185,5 hectares e está localizado na cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, no bairro do Tirirical, distante 20 km do centro da cidade. Nele situa-se o centro administrativo da Universidade Estadual do Maranhão.

No campus de São Luís encontram-se instalados quatro Centros de Ciências que oferecem 20 diferentes cursos de graduação. O Campus de São Luís atende a 41 municípios no desenvolvimento de programas de graduação, a saber: Alcântara, Anajatuba, Anapurus, Apicum Açú, Araisos, Axixá, Bacuri, Barreirinhas, Brejo, Cachoeira Grande, Cajapió, Cantanhede, Chapadinha, Cedral, Cururupu, Guimarães, Icatu, Itapecuru Mirim, Matões do Norte, Maranhãozinho, Miranda do Norte, Mirinzal, Morros, Nina Rodrigues, Paço do Lumiar, Paulino Neves, Pedro do Rosário, Pinheiro, Pirapemas, Presidente Juscelino, Presidente Médici, Presidente Sarney, Porto Rico do Maranhão, Primeira Cruz, Raposa, Rosário, Santa Helena, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, São João Batista e São José de Ribamar (PDI/UEMA, 2010).

3 O CURSO: PROPOSTA E PERSPECTIVA

O Curso de Ciências Sociais da UEMA foi criado em 2005 e resultou de intensas mobilizações internas dos professores do departamento com o apoio da direção do CCSA

que compreendeu o protagonismo que este curso de graduação poderia exercer na dinâmica do CCSA e da UEMA como um todo.

A sua primeira turma foi selecionada no ano 2005 quando também passou a funcionar de forma integrada Licenciatura e Bacharelado. Este escopo inicial foi aprovado e reconhecido com base na Resolução nº 560/2005 – CONSUN/UEMA. Inicialmente e de modo mais enfático a missão era atuar no campo da Ciência Política e Sociologia. Entretanto, nos seus dez anos de criação (2005-2014), o Curso passou por ajustes, acompanhando, inclusive, o crescimento e qualificação do seu corpo docente. Notadamente, a Antropologia ganhou uma nova configuração com o ingresso, no departamento, de vários profissionais qualificados nessa área de conhecimento. Com isso passou a ocorrer um equilíbrio maior entre as três áreas (Sociologia, Ciência Política e Antropologia)

De modo geral, ocorreu um ajuste no currículo com equivalências de algumas disciplinas que faziam parte do currículo inicial. Com um corpo docente mais expressivo, do ponto de vista da sua formação e titulação, o curso passou a reunir condições objetivas e subjetivas mais equilibradas para implementar mudanças mais abrangentes, no seu projeto pedagógico considerando, inclusive, o perfil de profissional a ser formado.

Os elementos desse amadurecimento intelectual, tanto do departamento como do curso, foi à criação e aprovação pela CAPES dos programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (2010) e Cartografia Social e Política da Amazônia (2012), ambos em nível de mestrado. Do ponto de vista acadêmico e intelectual, o curso avançou de forma qualitativa na dimensão fundamental da pesquisa, ao mesmo tempo em que fortaleceu a interlocução entre a graduação e a pós-graduação. Essa relação foi ampliada com o aumento de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), ferramentas que articulam e congregam um grande número de pesquisa no Departamento de Ciências Sociais.

Em 2008, com o estudo de Sociologia integrando-se ao currículo obrigatório do Ensino Médio (através da lei nº 11 684 de junho de 2008), as bolsas de PIBID foram ingredientes a mais e somou-se as bolsas de PIBIC. Isso se associou à reforma da LDB que, desde de 2010 rearticulou as duas modalidades dos Cursos de Ciências Sociais: Bacharelado e Licenciatura (conforme resolução COSEPE nº 522 / 2007), dando a configuração de dois cursos. Em 2012, essas duas modalidades com base nos Referenciais Curriculares Nacionais

do MEC, foram separadas, surgindo dois cursos distintos: Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.

Essa nova realidade impõe a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura que recoloca a necessidade de distinção e especificação do curso. Este deve se ajustar ao conjunto das exigências formais dos Órgãos Colegiados, decisão devidamente aprovada pelo Colegiado de CCSA da UEMA.

3.1 FILOSOFIA EDUCATIVA DO CURSO

O Curso de Ciências Sociais-Licenciatura, ora proposto, justifica-se pela necessidade de contribuir com a formação de profissionais qualificados para intervir na área da docência específica de componentes curriculares circunscritos às disciplinas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Tal demanda pode ser fundamentada, sobretudo, após a edição da Resolução CNE/CEB nº 04 de 16 de agosto de 2006 (altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98 que institui as Diretrizes Curriculares para o Ensino Básico)². Por esta Resolução, a Sociologia e a Filosofia, tornaram-se disciplinas obrigatórias no Ensino Médio. O CNE estipulou o prazo de um ano, a partir daquela data, para que as escolas brasileiras regularizassem sua situação diante dessa exigência.

A despeito da Resolução, determinar que o ensino da Sociologia, especificamente, seja obrigatório na rede oficial de ensino, ainda não se observa a plena efetivação dessa determinação, pois, não raro, verifica-se que tal disciplina tem sido ministrada por profissionais egressos de outros cursos (licenciaturas afins, ou mesmo bacharelados que não propriamente da área), o que tem fragilizado a discussão da realidade social de forma qualificada e de certa forma gerado uma indisposição dos discentes quanto a importância da Sociologia.

Além de apontar diretamente para a formação de docentes que assumam de forma qualificada a docência dos componentes curriculares das Ciências Sociais, a criação deste Curso também responde à demanda da sociedade maranhense por um saber capaz de influir nos processos de desenvolvimento local, regional e nacional.

Ressalta-se que esta proposta não conflita com os cursos similares ofertados pelas instituições de educação superior do estado no Maranhão, vindo, inclusive somar, com mais uma oportunidade de expansão da oferta de Licenciadas para atuar na Educação Básica, considerando-se a demanda da rede oficial de ensino que deve atender, só em nível estadual, os 217 municípios que compõe o quadro administrativo do Estado.

² Transformada em Lei Federal nº 11.684 de 2 de junho de 2008.

Considerando a demanda apresentada, a justificativa social para um Curso de Licenciatura que atenda de forma crítica e qualificada a formação de jovens para o acesso à vida profissional, aos valores de uma sociedade justa, democrática, comprometida com a sustentabilidade humana, socioambiental e o respeito à diversidade etnicorracial e de gênero.

Este Curso deve resultar na formação de profissionais capacitados ao desempenho de funções, quer na esfera privada, quer na esfera pública, e instituições não governamentais, haja vista, um mundo perpassado por conflitos que impulsionados pelos processos de transnacionalização do capitalismo que tem exigido saberes reais atualizados e conectados com a voracidade dos acontecimentos produzidos em escala global, com intenso rebatimento na esfera local.

O Licenciado em Ciências Sociais deve ser um profissional com conhecimentos e objetivos voltados para a docência na Educação Básica, mais uma vez reiterado, e para tanto, devem ser concentrados esforços para a construção de sólidos conhecimentos sobre os fundamentos das Ciências Sociais.

Inclui-se, ainda, como filosofia do Curso, que o profissional por ele formado possa conduzir a dinamicidade do conhecimento no processo da construção do saber, atuando em programas de ensino e/ou planejamento educacional em múltiplas esferas e propostas, de forma comprometida com a investigação, a produção e aplicação do saber técnico-científico, primando pela articulação das especificidades dos conteúdos e dos instrumentos necessários à formação do educando, reconhecendo a interdisciplinaridade entre os diversos campos do conhecimento, a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão. Articulando de forma produtiva a teoria e a prática de ensino, princípios, estes, norteadores de sua perspectiva pedagógica.

A organização curricular do Curso de Ciências Sociais-Licenciatura deve contemplar reflexões indispensáveis para o entendimento atualizado das distintas dimensões das sociedades do século XXI.

Tendo em vista os princípios filosóficos e pedagógicos, acima apontados, bem como o quadro atual da necessidade imperativa do ensino da Sociologia na Educação Básica, este Projeto Pedagógico preconiza os seguintes pressupostos para a construção do desenho Curricular do Curso em Ciências Sociais – Licenciatura:

a) propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos componentes curriculares que formam a identidade do curso de Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e fornecer instrumentos para que eles

possam estabelecer relações produtivas com a pesquisa, com foco no processo de ensino e aprendizagem, à prática social e principalmente com a docência;

b) garantir a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão;

c) estimular a autonomia intelectual e a capacidade analítica dos estudantes, possibilitando a eles uma ampla formação humanística e técnica;

d) partir da ideia de que o Curso, desenhado em sua matriz curricular referencial, é um percurso que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias não limitadas apenas ao cumprimento de um rígido ordenamento curricular, inflexível, mas possível de adaptações e (re)construções atendendo à dinâmica de sua efetivação;

e) fazer a articulação entre as disciplinas, as linhas de pesquisas dos núcleos de pesquisa institucionalizados e demais aspectos relevantes, como os projetos de extensão, atividades de registro e coleta de dados, buscando fomentar as especificidades da formação em Licenciatura, vislumbrando a qualificação em nível de Pós-Graduação stricto sensu, também ofertada pelo departamento proponente deste Curso de Graduação

f) realizar avaliações institucionais no sentido do aperfeiçoamento constante do curso, fortalecendo suas instâncias colegiadas, o núcleo docente estruturante com plena participação dos discentes inseridos na efetivação do Curso de Ciências Sociais-Licenciatura.

3.1.1 Referenciais Orientadores Éticos-políticos

Os referenciais orientadores estão consubstanciados nos elementos ético - políticos, técnicos e científicos que norteiam o currículo definindo, assim, a identidade do curso. Estes referenciais devem embasar o planejamento e as ações institucionais correspondendo aos valores explícitos que vão ser trabalhados no curso:

a) respeito ao ser humano;

b) respeito à diversidade de pensamento;

c) compromisso com a missão e os objetivos do curso e da Universidade;

d) busca da inovação científico-tecnológica e sociocultural;

e) busca constante da qualificação institucional.

Os referenciais epistemológico-educacionais e técnicos correspondem às concepções de conhecimento, de ciência e de educação que norteiam o processo de

formação profissional, bem como aos saberes básicos relativos à área do conhecimento que afetam o curso e que refletem uma opção deste no direcionamento da prática educacional e profissional. Esta proposta visa estimular a articulação entre as disciplinas e as linhas de pesquisas vinculadas aos diversos grupos de pesquisa, ensino e extensão integrantes do CCSA desta universidade.

3.1.2 Referenciais Epistemológico Educacionais e Técnicos

Epistemologicamente, a opção da UEMA recai sobre um novo paradigma científico e as atividades de ensino inseridas no projeto pedagógico, devem estar conectadas com o mesmo. Significa dizer que traçar objetivos de ensino não pode mais implicar objetivar conteúdos (características próprias da pedagogia tradicional e da ciência dogmática); consiste, antes, em identificar situações - problema com as quais o aluno deve lidar: acessar, sistematizar (selecionando, descrevendo, analisando e sintetizando) e utilizar os conhecimentos disponíveis e necessários no meio social no qual se encontra inserido.

Dentro dessa ótica, o foco de ensinar desloca-se para as relações do aprendiz com a situação - problema e com a sociedade, ou seja, para as competências de descrevê-la, analisá-la e interpretá-la à luz dos conhecimentos necessários e disponíveis, sistematizando-os, ou ainda, quando for o caso, questionando-os, tornando-os eles próprios uma situação-problema. Fundem-se assim, no ensino, o processo científico e pedagógico, urna pedagogia que fundamentada no processo científico, traduz-se essencialmente, pelo ato de facilitar e de criar condições para que o aluno aprenda a produzir conhecimento científico e aplicá-lo nas diversas situações com as quais se confrontará.

4.2 MISSÃO DO CURSO

Formar professores na área das Ciências Sociais qualificados para gerar e difundir conhecimentos embasados em valores éticos, políticos, científicos e artísticos, de modo a contribuir para a solução de demandas da sociedade.

4.3 OBJETIVOS DO CURSO

4.3.1 Objetivo Geral:

Propiciar aos estudantes uma formação teórica e metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) de maneira que eles possam traduzir esse conhecimento em propostas didático-pedagógicas adequadas, exercendo uma docência reflexiva e crítica na Educação Básica.

4.3.2 Objetivos Específicos:

- a) graduar alunos para o exercício permanente de reflexões sobre os problemas da sociedade brasileira e maranhense;
- b) estimular junto aos educandos habilidades e competências próprias das Ciências Sociais por meio de exercício da iniciação em pesquisa científica, iniciação à docência;
- c) municiar os educandos de instrumentos teóricos e metodológicos para estabelecer relações entre pesquisa, ensino e prática social;
- d) oferecer uma pluralidade de abordagens e metodologias para pensar as questões globais contemporâneas;
- f) desenvolver estudos e reflexões que tratem das questões etnicorraciais, abordagem de gênero e sexualidade, religiosidades e patrimônio.
- g) articular os conteúdos estudados no curso com as particularidades socioambientais e regionais.

4.4 TITULAÇÃO DO CURSO

O curso de Ciências Sociais – Licenciatura confere o grau aos seus egressos de Licenciado em Ciências Sociais.

4.4.1 Campo de Atuação

Com base nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Ciências Sociais – Licenciatura (Parecer CNE/CES 492/2001), habilita, preferencialmente, para as seguintes modalidades de ensino:

- a) Professor de Ensino Fundamental e Médio.

- b) Atuar nas disciplinas com conteúdos relativos às questões étnico-raciais, multiculturais, intolerância religiosa, desigualdades sociais, cidadania, processos territoriais e questões de gênero no Ensino Fundamental e Médio.
- c) Atuar na gestão pedagógica, participando na elaboração de projetos com foco no processo de ensino e de aprendizagem, considerando que, ensinar requer tanto dispor de conhecimentos quanto ação de mobilização para promoção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.
- d) Ser profissional que atue em planejamento, consultoria, formação e assessoria junto às empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, nas áreas educacionais e atividades similares.
- e) Atuar na elaboração e análise de materiais didáticos como livros, textos, vídeos, programas computacionais e ambientes virtuais de aprendizagem.

4.4.2 Habilidades do Graduando

As habilidades, competências e atitudes dos egressos do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura do Departamento de Ciências Sociais da UEMA DCS/UEMA, estão organicamente amalgamadas às reflexões explicitadas nas diretrizes para a graduação definidas pela Instituição, como descritas nas orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Ciências Sociais (Parecer CNE/CES 492/2001).

Logo, são competências e habilidades gerais do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura:

- a) domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, permitindo ao graduado identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento e suas particularidades;
- b) autonomia intelectual e capacidade analítica, permitindo-os compreender os processos sociais a partir dos conhecimentos adquiridos de forma a utilizá-los reflexiva e criticamente quanto a alguns elementos específicos da sociedade brasileira, tais como: desigualdade social, cidadania e democracia, produção social do território, questões de gênero e etnicorraciais, organização e atuação das principais instituições sociais e políticas, dentre outras;
- c) competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social, o que os

permite elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos, voltados para a docência e compreender e refletir criticamente sobre as necessidades dos grupos sociais e comunidades tradicionais;

d) compromisso social com uma sociedade mais democrática e inclusiva, que promova à ética e o respeito às diferenças e atenta às particularidades das minorias étnicorraciais, religiosas e de gênero no processo de formação de uma educação cidadã;

e) contribuir com a reflexão sobre a necessidade de preservação e uso do patrimônio material e imaterial, entendido este como representação da atividade humana no tempo e no espaço;

f) competência na utilização da informática, tanto para organizar conteúdos de ensino e pesquisa na sua área de atuação, proporcionando ao conhecimento aplicação de metodologias dinâmicas, quanto, para analisar e criticar elementos da vida social, a partir da análise de indicadores, tais como: Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e/ou em plataformas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e outros programas que auxiliam na relação ensino aprendizagem.

g) domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino, planejar e desenvolver exposições e programas educativos e culturais bem como, discutir e aplicar metodologias na prática docente.

4.5 DESAFIOS DO CURSO

Nestes tempos de incertezas, um dos desafios do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura da UEMA é formar cientistas sociais capazes de captar o movimento da crescente articulação entre o local e o global e as particularidades regionais e da Amazônia da qual o Estado do Maranhão se insere. Trata-se de produzir um conhecimento que se articule com as lutas sociais.

O perfil profissional a ser formado deverá estar aberto para novas apreensões recolocadas como objeto de estudo, mas, principalmente, estar atento para a complexa realidade atravessada por múltiplos interesses. Isso deve dotar os cientistas sociais da capacidade de não apenas interpretar, mas de contribuir para a transformação da realidade na qual se insere.

Um elemento a ser destacado é que o curso de Ciências Sociais - Licenciatura tenha como foco na diversidade regional. No caso da licenciatura, apostar na formação de professor em face às perspectivas de atuação no mercado de trabalho, ressalta-se a inclusão do ensino da sociologia no ensino médio, o que abre novas possibilidades de abordagem teórico-metodológica no campo das Ciências Sociais.

4.6 INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O CURSO

O Curso de Ciências Sociais – Licenciatura oferece 20 (vinte) vagas para o Processo de Acesso ao Ensino Superior (PASES), a partir do novo desmembramento do curso em bacharelado e licenciatura. As vagas para a licenciatura são bastante atrativas, nos últimos anos (2014 e 2015) uma média de 120 candidatos concorreu às mencionadas vagas.

4.6.1 Identificação do Curso

Denominação do Curso: Ciências Sociais – Licenciatura

Modalidade: Licenciatura Presencial

Titulação conferida: Licenciado em Ciências Sociais

Área do Conhecimento: Humanas/Ciências Sociais

Turno: Diurno

Regime: Semestral

Integralização do curso: No mínimo 8 semestres ou 04 anos e no máximo 12 semestres ou 6 anos.

Número de Vagas ofertadas: 20 (20 para 1º. semestre)

Formas de ingresso: Seleção Pública, Reopção, Transferência e Reingresso.

Carga Horária: 2.880 horas

Resolução e Portaria de Reconhecimento: Resolução nº 061/2010- CEE (Reconhece o Curso de Ciências Sociais, Bacharelado e Licenciatura – 11/03/2010)

4.6.1 Distribuição da Carga Horária do Curso

Formação Específica	Disciplinas no Núcleo Comum	600 horas
	Disciplinas do Núcleo Específico	1680 horas
Formação Livre	Disciplinas do Núcleo Livre	180 horas
	Práticas de Vivência Curricular	405 horas
Formação Complementar	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)	220 horas
	Estágio Supervisionado Obrigatório	405 horas
	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	-
TOTAL		3.490 horas

4.6.2 Demandas e vagas

CORPO DISCENTE			
CURSO: Ciências Sociais – Licenciatura			
ANO	DEMANDA	OFERTA VERIFICADA	PROCESSO SELETIVO
2014	124	20	20
2015	119	20	20

4.6.3 Demandas, vagas, turmas e turno de Funcionamento

ANO	VAGAS	TURNO	INGRESSO	ALUNOS MATRICULADOS POR ANO	TURMAS
2013	20	Matutino	20	20	1
2014	20	Matutino	20	20	1

2015	20	Matutino	20	20	1

4.7 NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

A proposta metodológica do curso de Ciências Sociais – Licenciatura – constitui-se no polo aglutinador em torno do qual se articulam os diferentes momentos formativos, previstos na matriz curricular. Sua concepção emana das epistemologias que concebem a formação em ciências sociais, como vertente emancipatória pela aprendizagem consciente, criativa, plena e crítica. A integralização das disciplinas organiza-se em conformidade com as orientações e reflexões, advindas das concepções elaboradas pelo corpo docente, uma vez que se tornam imprescindíveis as percepções daqueles que estão responsáveis pelas progressões das aprendizagens no desenvolvimento da formação docente.

O curso de Ciências Sociais – Licenciatura – tem seu referencial metodológico orientado, principalmente, pela sua Espiral da Docência, que traz a singularidade de pensar e organizar seu desenvolvimento. Essa proposta visa vivenciar, organizar, analisar e refletir criticamente sobre o contexto das ciências sociais e das inúmeras escolas do estado do Maranhão, que se enumeram ao longo de tantos espaços sociais, quase indiscriminadamente. Objetiva estudar, detalhadamente, os processos e fundamentos de escolarização, de importâncias ímpares na construção e elaboração dos saberes de vida e cidadania.

Os princípios metodológicos que orientam o ensino e a aprendizagem do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura privilegiam a análise e a resolução de situações-problema como estratégias didáticas. O estudante, através do requisito básico da práxis para constituição de competências, insere-se na realidade e no debate contemporâneo que o qualifica frente aos desafios próprios das suas condições profissionais. Todos os tipos de conhecimentos, elencados ao desenvolvimento profissional, desde as questões culturais, sociais, econômicas, até a própria perspectiva humana e profissional, devem ter assegurados os seus entendimentos reflexivos através da relação teoria-prática.

A metodologia que permeia os planos de ensino do curso é pautada na premissa da interdisciplinaridade, o que fica evidenciado, especialmente, nas relações que são estabelecidas nos diversos eixos que compõem a matriz curricular. Por meio das atividades

desenvolvidas, os alunos demonstram e aplicam suas competências, ou seja, vivenciam situações do cotidiano, agregando o conhecimento de diversas disciplinas desenvolvidas. Acrescenta-se a isso as questões relativas à ética e à responsabilidade social que são relevantes no processo de desenvolvimento de projetos desta área de conhecimento.

O planejamento e a avaliação são componentes fundamentais para se garantir um desenvolvimento curricular acompanhado por um desempenho de excelência dos alunos, mediado pelo caráter crítico. Assim, faz-se a avaliação formativa como integrante básica de diagnóstico, regulação, finalização e integração de saberes e competências da sua formação.

O delineamento metodológico é apresentado de forma mais específica e detalhada nos planos das disciplinas. De uma forma genérica, os professores se utilizam de atividades como:

- a) **Ensino teórico:** aulas expositivas dialogadas, nas quais os conteúdos programáticos podem ser abordados em nível básico, avançado ou aprofundado, consoante a natureza da matéria ou localização curricular, quer do ponto de vista conceitual ou experimental. Elas ocorrem a partir da necessidade dos acadêmicos discutirem os conteúdos por meio de técnicas e dinâmica de grupo.
- b) **Ensino prático:** observar e sistematizar práticas cotidianas, como também, desenvolver atividades que aproximem o aluno da realidade educacional, dos espaços escolares e não escolares, propiciando, a capacidade de reflexão- crítica sobre os fatos e acontecimentos da realidade em que está inserido, podendo intervir com ações que minimizem os problemas detectados.
- c) **Atividades semipresenciais:** o currículo desenvolvido será complementado com a realização de atividades semipresenciais em algumas disciplinas. Tais atividades podem ser elaboradas pelos professores com o objetivo de proporcionar momentos de aprendizagem dos conteúdos e de desenvolvimento das habilidades propostas nos Planos de Curso. Seu planejamento consiste na sistematização de momentos de autoaprendizagem, com a utilização de recursos das tecnologias da informação e comunicação, organizadas com estratégias didáticas como, por exemplo, estudos dirigidos, estudos de caso, pesquisas bibliográficas, resolução de exercícios, dentre outras, conforme a proposta de cada disciplina. A realização

dessas atividades pelos discentes deve seguir um cronograma organizado e publicado no Calendário da UEMA.

Seu planejamento consiste na sistematização de momentos de autoaprendizagem, com a utilização de recursos das tecnologias da informação e comunicação, organizadas com estratégias didáticas como, por exemplo, estudos dirigidos, estudos de caso, pesquisas bibliográficas, resolução de exercícios, dentre outras, conforme a proposta de cada disciplina. A realização dessas atividades pelos discentes deve seguir um cronograma organizado e publicado no Calendário da UEMA. E cada atividade semipresencial deve corresponder a 20% da carga horária total do curso.

Deste modo, a formação do egresso do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura – está diante de parâmetros que desenvolvam sua consciência crítica e autorreguladora, seu posicionamento diante das necessidades e possibilidades da comunidade. Aliado a esses preceitos lista a seguir as atividades práticas metodológicas desenvolvidas no curso:

a) Tele- conferências:

Viabilização de um sistema de teleconferências a ser utilizado pelo Curso, através da Direção do Curso de Ciências Sociais a fim de possibilitar palestras e encontros à distância.

b) Seminários / Palestras:

- realização de seminários e palestras de temas relevantes, submetendo - ao Colegiado do Curso, observada a Resolução nº 1045/2012 - CEPE.

- eventos quinzenais do Cine Clube Boboromina, com exibição de filmes, debates de temas sobre educação e diversidade e promoção de oficinas sobre os recursos e produções audiovisuais para educação.

- parceria Canal Futura por meio do Projeto Maleta Futura com o DCS/CCSA objetivando promover oficinas e atividades pedagógicas relacionando diversas temáticas e a utilização de recursos audiovisuais.

- seminário formação de professores, material didático e ensino de Sociologia:

experiências do Paraná e do Maranhão.

c) Jornada de Ciências Sociais:

- Realizar anualmente a Jornada de Ciências Sociais, com duração de uma semana, sob a responsabilidade do Departamento de Ciências Sociais e Direção do Curso de Ciências Sociais, os cursos de Pós-Graduação a estes vinculados e demais segmentos da Instituição e outras parcerias.

d) Atualização do Acervo Bibliográfico

- Anualmente, os departamentos encaminharão aos Diretores de Curso, lista de títulos atualizada das disciplinas ministradas, a partir da indicação dos respectivos docentes, para encaminhamento a Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN, através da Direção do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA e do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais - CECEN.

- A Biblioteca Central deverá possuir, ao final, um acervo bibliográfico atualizado de, no mínimo, 3.4500 títulos distribuídos em mil volumes, 138 periódicos ativos na área de Ciências Sociais e 50 fitas de vídeo e/ou DVD com foco no campo de estudo do curso. Em se tratando de livros, os textos das disciplinas que compõem a estrutura curricular do curso, deverá ter um título para cada dez alunos ou vagas pleiteadas.

e) Capacitação dos Docentes

- Plano de treinamento periódico a ser realizado no período de férias letivas, em que os professores participarão de atividades para aprimorarem as técnicas de Ensino, Pesquisa e Extensão, especificamente na área das Ciências Sociais, sob a responsabilidade da Direção do CCSA e do CECEN, dentre essas atividades inclui-se:

- Curso para realização de pesquisas;
- Curso para realização de planos de trabalho;
- Curso sobre normas técnicas, visando à orientação de trabalhos monográficos.

f) Sistema de Avaliação Docente

Os docentes serão avaliados semestralmente, através da PROG, cabendo a esta a

escolha da metodologia a ser utilizada, bem como das formas de divulgação dos resultados no que tange à verificação de:

- desempenho técnico-científico (clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, importância, inter-relação e domínio de conteúdo, questionamentos síntese e soluções alternativas);
- desempenho artístico-cultural nas áreas pertinentes (desempenho didático-pedagógico como cumprimento dos objetivos, integração de conteúdos, procedimentos e materiais didáticos /bibliográficos);
- desempenho de atitudes (nos aspectos filosóficos, éticos com clima livre de tensão, orientação, atitudes e valores, oportunidade do professor e exigência de pontualidade por parte dos alunos).

g) Produtividade dos Docentes

- A produtividade dos docentes será computada levando-se em conta sua participação nas atividades envolvendo:

- . ensino, pesquisa, extensão e a participação em Assembleias Departamentais, Colegiados de Curso e Colegiado de Centro;
- . orientação de monografia e de pesquisa, comissões e outras atividades que se fizerem necessárias ao Curso de Ciências Sociais, a cargo dos departamentos, os quais encaminharão ao Conselho de Centro, para sua aprovação.

A proposta tem como objetivo construir um “novo olhar” sobre eles, através do uso de novas tecnologias e metodologias, o que se busca é a adoção de um novo aparato tecnológico e metodológico que busque favorecer, igualmente, a institucionalização de métodos e práticas de ensino-aprendizagem inovadoras, reciclando parte do corpo docente e discente do Instituto de Ciências Sociais.

Com isso, incentiva-se a utilização de recursos tecnológicos, utilizados didaticamente, na busca por estabelecer uma dinâmica entre estudos individuais, recursos de multimídias, trabalhos e atividades com monitores, tutores e formadores na produção

científico-cultural.

Os alunos do curso de Ciências Sociais – Licenciatura – podem assim desenvolver competências no sentido da utilização das novas tecnologias como ferramenta para o exercício das suas atividades curriculares com ênfase na sua prática pedagógica, com vistas à formação e atuação docente, ao processo de construção do conhecimento e à inclusão digital. Com devida importância aos seguintes itens:

- a) **Oferecimento de Serviços *On Line*** - identificação e execução de propostas para implantação de serviços via Internet para os docentes, discentes e funcionários do curso como, por exemplo, convocação para reuniões, debates e palestras, inscrição no vestibular, matrícula, dentre outros.

- b) **Manualização de Todas as Atividades do Curso** - Criar um manual de todas as normas e atividades desenvolvidas no curso para que seja construída a sua memória. Esta deve sobreviver às mudanças de gestão, inclusive, para conhecimento de novos alunos das normas, processos e monografias aprovadas.

- c) **Abordagem Sistêmica dos Departamentos** - Desenvolvimento de processo de racionalização e padronização dos procedimentos departamentais para aplicação de uma abordagem sistêmica às atividades dos departamentos que atendem ao Curso de Ciências Sociais.

- d) **Informatização das Atividades Departamentais**
Desenvolvimento de planejamento para informatização de todas as atividades departamentais e ligação em rede de todos os equipamentos.

- e) **Assessoria Pedagógica**
Assessoramento pedagógico a ser fornecido aos docentes, como o desenvolvimento de seminários e exame de propostas alternativas de avaliação.

- f) **Encontro Interdepartamental**

Realização, pelo menos uma vez por semestre, de assembleia com todos os professores dos departamentos que ministram disciplinas no Curso de Ciências Sociais, com o objetivo de permitir um planejamento integrado interdepartamental e contribuir para o desenvolvimento didático- pedagógico a ser convocada pelo Diretor do Curso.

5 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

5.1 COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA

A definição do Colegiado do Curso ocorre conforme o Estatuto da UEMA de Seção V, Artigos 49 e 50 e o Capítulo V do Regimento dos Órgãos Deliberativos e

Normativos da UEMA. O colegiado é renovado a cada dois anos, sendo constituído por representantes do departamentos cujas disciplinas integrem o curso, na razão de um docente para cada disciplina ou fração, ficando assim constituído:

DEPARTAMENTOS	QUANT. DISCIPLINAS	Nº DE PRESENTANTES
Direito, Economia e Contabilidade (DDEC)	2	1
Ciências Sociais (DCS)	26	6
Educação e Filosofia (DEFIL)	9	2
Historia e Geografia	2	1
Letras	2	1
Matemática e Informática (DEMATI)	1	1

Atualmente o Colegiado se constitui dos seguintes membros:

1. José Antonio Ribeiro de Carvalho (presidente)
2. Conceição de Maria Neiva Pacheco (DCS)
3. José Domingos Cantanhede Silva (DCS)
4. Marivânia Leonor Sousa Furtado (DCS)
5. Patrícia Maria Portela Nunes (DCS)
6. Zulene Muniz Barbosa (DCS)
7. Neuzeli Maria de Almeida Pinto (DCS)
8. Maria da Conceição Costa Torres (DEMATI)
9. Joseanne Aparecida Maramaldo Livi (DEFIL)
10. Thuanne Rafaelle (Representação do Corpo Discente)

5.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA

Criado em 6 de abril de 2015, o núcleo atende à Resolução nº 985/2012 CEPE/UEMA de 15 de maio de 2012, e do Parecer CONAES Nº 4 de 17 de junho de 2010. O NDE do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura é composto pelos professores:

1. Patrícia Maria Portela Nunes
2. José Domingos Cantanhede Silva
3. Conceição de Maria Neiva Pacheco
4. Marivânia Leonor Sousa Furtado
5. Zulene Muniz Barbosa

6 AVALIAÇÃO

O Curso será avaliado ao longo de todos os anos e efetivar-se-á de forma processual durante cada semestre, através do desempenho dos alunos nas disciplinas e nas observações dos professores no que se refere aos conteúdos trabalhados. Serão elaborados roteiros de avaliação para serem respondidos pelos alunos, visando observar o processo de aprendizagem, a articulação e distribuição das disciplinas e as atividades de práticas de ensino e de extensão a fim de se proceder com as intervenções que se fizerem necessárias para a correção dos desvios surgidos. Semestralmente, quando da matrícula, o curso será avaliado diretamente pelo discente através do sistema acadêmico, fazendo uso de formulários. Essa avaliação será constituída de questões referente a docência (conteúdo e prática pedagógica) e a infraestrutura. O Projeto Pedagógico terá sua avaliação definida pelo Colegiado do Curso com periodicidade anual. Nesta estará incluída, também, a gestão acadêmica do Curso e seu Colegiado. O procedimento de avaliação também passará pelo roteiro proposto pelo INEP/MEC para avaliação das condições de ensino, a ser implementado, atendendo ao artigo 9, inciso IX, da lei LDB nº 9.394/96.

7 CURRÍCULO DO CURSO

7.1 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A LDB 9394/96, em vigor, assegura às pessoas com necessidades educacionais

especiais o direito à educação, preferencialmente, na rede regular de ensino. Para tanto, exige adaptação e ou flexibilização de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às especificidades do alunado. Isto já estava posto na Declaração de Salamanca e em outros documentos internacionais. No entanto, a realidade atual demonstra que as instituições de ensino não estão preparadas e nem estruturadas para receber e dar atendimento adequado e de qualidade a essa nova demanda.

O processo de flexibilização/ adaptação não pode ser entendido como uma mera modificação ou acréscimo de atividades complementares na estrutura curricular. Ele exige que as mudanças na estrutura do currículo e na prática pedagógica estejam em consonância com os princípios e com as diretrizes do Projeto Pedagógico, na perspectiva de um ensino de qualidade para todos os alunos.

O projeto pedagógico objetiva não produzir uma categorização “alunos com e sem deficiência, com e sem distúrbios, com e sem necessidades especiais” (a adjetivação é ampla e flutuante, conforme os vários diagnósticos possíveis). Para tal abordagem educacional não há dois grupos de alunos, porém apenas crianças e adolescentes que compõem a comunidade escolar e que apresentam necessidades variadas.

Há saberes que são essenciais como base para outras aprendizagens e que devem ser mantidos, como garantia de igualdade de oportunidades de acesso a outras informações, portanto fundamentais para a construção do conhecimento. Se o que busca-se é a igualdade de oportunidades, tem-se que aumentar a qualidade da educação que oferece e não diminuí-la

Neste sentido a flexibilização curricular, prevista na Resolução nº 276/ 2001-CEPE /UEMA, de 19 de julho de 2001, deve permitir a construção de um currículo capaz de incorporar novas formas de aprendizagem e de formação presentes na realidade social, flexibilizando a estrutura rígida de condução do curso e propiciando ao aluno o poder de imprimir ritmo e direção ao seu curso, já que a instituição oferecerá mecanismos de opções de atividades acadêmicas.

Entende-se por currículo o conjunto de atividades previstas para a integralização de um curso, expresso em seu projeto pedagógico, exercitando a indissolubilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Atividade acadêmica curricular é aquela relevante para que o aluno adquira o saber e as habilidades necessários à sua formação, que deverá estar a cargo de um professor, após prévia autorização do colegiado do curso de ciências sociais, a fim de incluir os procedimentos de avaliação do aproveitamento do aluno.

7.2 CURRÍCULO DO CURSO

A organização curricular proveniente do PARECER n° CNE/CES 492/2001 e da RESOLUÇÃO N°17 CNE/CES, de 13 de março de 2002, estabelece que os Cursos de Ciências Sociais devem se organizar em torno de quatro eixos: Núcleo Comum, Formação Específica, Formação Complementar e Formação Livre.

Assim, a carga horária total do curso de Ciências Sociais – Licenciatura – que é de 3490 (três mil quatrocentas e noventa) horas, a partir da definição de que o tempo mínimo e máximo para integralização são respectivamente de 4 anos e 6 anos, será distribuída de modo que, as disciplinas do eixo de formação específica que são aquelas que em sua maioria são ofertadas no âmbito do próprio Departamento de Ciências Sociais (DCS) e compostas por disciplinas obrigatórias e optativas ligadas às áreas de antropologia, ciência política, sociologia, metodologia e pesquisa, terão uma carga horária de 1.680 (mil e seiscentos e oitenta) horas e 180 (cento e oitenta), respectivamente. Essas são disciplinas teóricas, metodológicas ou que contemplam os desdobramentos temáticos no interior das referidas áreas.

Também constituem esse eixo específico, as disciplinas do Núcleo Comum, de formação docente, as quais são ofertadas pelo Departamento de Ciências Sociais, Departamento de Educação e Filosofia, Departamento de Letras, além de outras unidades, e que também abarcam tanto as dimensões teóricas como as dimensões práticas, voltadas para o ensino e que permitem o exercício desses conhecimentos, de modo que possam ser inquiridos e aplicados à compreensão, planejamento, execução e avaliação de situações envolvendo o processo de ensino e aprendizagem, cuja carga horária será de 600 (seiscentas) horas.

A formação complementar é composta pelas atividades de Estágio Curricular Supervisionado, que possui uma carga horária de 405 (quatrocentas e cinco) horas, Práticas de Vivência Curricular – 405 (quatrocentas e cinco) horas – e Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) – 220 (duzentos e vinte) horas. Nessas, o aluno aprofundará o conhecimento disciplinar adquirido através do contato com a prática no campo profissional. Essas atividades possibilitam ao aluno o contato mais direto com as atividades relacionadas às diferentes áreas das

ciências sociais. Na mesma linha da valorização da autonomia na formação acadêmica, elas pressupõem um engajamento ativo do aluno no desenvolvimento das diferentes áreas, na escolha de temáticas de investigação e da apropriação dos conhecimentos adquiridos para realização de interfaces profissionais.

Além disso, consideramos importante a abordagem e a inclusão neste PPC dos temas da ética e da cidadania, da sexualidade e das relações de gênero, da diversidade cultural, meio ambiente, Direitos Humanos e as questões de poder associadas a esses temas, reconhecendo que a reflexão sobre eles no campo das Ciências Sociais é a base da contextualização dos conteúdos (proposta nos PCN de Ensino Médio) e do tratamento dos Temas Transversais (conforme os PCN de Ensino Fundamental). Esses temas estão incluídos nos conteúdos das disciplinas e atividades curriculares do referido curso, além de estar de acordo com a Resolução n° 01, de 17 de junho de 2004; a Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003; a Lei n° 11.645, de 10 de março de 2008; e o PARECER CNE/CP n° 09/2001.

Em suma, a matriz pretende combinar uma formação de sólida base teórico-metodológica e humanista às especializações necessárias ao exercício das atividades docentes. Dessa forma, o eixo de formação específica procura conjugar um núcleo de conhecimento teórico e humanista a e especializações que permitam a construção de trajetórias alternativas e individualizadas. Desse modo, além da possibilidade de ter uma formação geral em Ciências Sociais, o curso de Ciências Sociais - Licenciatura possibilita ao aluno orientar seus estudos para a reflexão em torno da prática pedagógica, à medida que vão tendo contato com os conteúdos específicos e de caráter pedagógico, além de poderem questionar e/ou ampliar tais reflexões nas atividades relacionadas às experiências desenvolvidas nas escolas, integrando, portanto, o conhecimento teórico e à realidade vivida.

7.2.1 – ESTRUTURA CURRICULAR

Quadro 1 - Núcleo Comum

ORDEM	DISCIPLINAS	DEPARTAMENTO	CH
01	História da Educação	DEFIL	60
02	Línguas Brasileiras de Sinais – Libras	LETRAS	60
03	Política Educacional Brasileira	DEFIL	60
04	Psicologia da Aprendizagem	DEFIL	60

05	Didática	DEFIL	90
06	Filosofia	DEFIL	60
07	Metodologia Científica	DEFIL	60
08	Leitura e Produção Textual	LETRAS	60
09	Filosofia da Educação	DEFIL	90
TOTAL		600 H	

Quadro 2 – Núcleo Específico

ORDEM	DISCIPLINAS	DEPARTAMENTO	CH
01	Introdução à Sociologia	DCS	60
02	Introdução à Antropologia	DCS	60
03	Introdução à Ciência Política	DCS	60
04	Psicologia Social	DCS	60
05	Geografia Humana e Econômica	DCS	60
06	Teoria Sociológica em Durkheim	DCS	60
07	Teoria Antropológica Clássica	DCS	60
08	Teoria Política Grega e Medieval	DCS	60
09	História Social, Política e Econômica Geral	DHG	60
10	Introdução à Economia	DDEC	60
11	Teoria Sociológica em Marx	DCS	60
12	Teoria Política Moderna	DCS	60
13	Estatística Aplicada às Ciências Sociais	DEMATI	60
14	Teoria Sociológica em Weber	DCS	60
15	Teorias do Estado	DCS	60
16	Fundamentos Sociológicos da Educação	DCS	60
17	Teorias e Métodos da Pesquisa em Ciências Sociais	DCS	60
18	Antropologia Contemporânea	DCS	60
19	Sociologia do Trabalho	DCS	60
20	História das Ciências Sociais do Brasil	DCS	60
21	Política Brasileira	DCS	60
22	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais	DCS	60
23	Sociologia Rural	DCS	60
24	Antropologia Afro-Brasileira	DCS	60
25	Sociologia Urbana	DCS	60
26	Sociologia Contemporânea	DCS	60
27	Antropologia Indígena	DCS	60
28	Metodologia do Ensino em Ciências Sociais	DCS	60
SUBTOTAL			1.680
29	Disciplinas do Núcleo Livre		180
30	Estágio Curricular Supervisionado	DCS	405
31	Práticas de Vivência Curricular	DCS	405
32	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)	DCS	220
29	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	DCS	-

	SUBTOTAL		1.210
	TOTAL		3.490

Quadro 3 - Núcleo Livre

ORDEM	DISCIPLINAS	DEPARTAMENTO	CH
01	Sociologia do Desenvolvimento	DCS	60
02	Sociologia da Violência	DCS	60
03	Identidade e Multiculturalismo	DCS	60
04	Cartografia Social e Política da Amazônia	DCS	60
05	História e Cultura Afro-Brasileira	DCS	60
06	Relações Internacionais	DCS	60
07	Antropologia Política	DCS	60
08	Movimentos Sociais	DCS	60
09	Pensamento Social Brasileiro	DCS	60
10	Teoria das Elites	DCS	60
11	Estado e Políticas Públicas	DCS	60
12	Gênero e Sexualidade	DCS	60
13	Mídia e Poder	DCS	60
14	Trabalho e Sindicalismo	DCS	60
15	As Ciências Sociais na América Latina	DCS	60
16	Ciências Sociais e Religião	DCS	60
17	Planejamento Social	DCS	60
18	Pensamento Social do Maranhão	DCS	60

7.3 PERIODIZAÇÃO

1º PERÍODO			
DISCIPLINAS	DEPARTAMENTO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Introdução à Sociologia	DCS	60	04
Introdução à Antropologia	DCS	60	04
Introdução à Ciência Política	DCS	60	04
Filosofia	DEFIL	60	04

Metodologia Científica	DEFIL	60	04
Psicologia Social	DCS	60	04
Geografia Humana e Econômica	DHG	60	04
TOTAL		420	28

2º PERÍODO			
DISCIPLINAS	DEPARTAMENTO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Teoria Sociológica em Durkheim	DCS	60	04
Teoria Antropológica Clássica	DCS	60	04
Teoria Política Grega e Medieval	DCS	60	04
História Social, Política e Econômica Geral	DHG	60	04
Introdução à Economia	DDEC	60	04
Leitura e Produção Textual	LETRAS	60	04
TOTAL		360	24

3º PERÍODO			
DISCIPLINAS	DEPARTAMENTO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Teoria Sociológica em Marx	DCS	60	04
Língua Brasileira de Sinais – Libras	LETRAS	60	04
Teoria Política Moderna	DCS	60	04
Estatística Aplicada às Ciências Sociais	DEMATI	60	04
História da Educação	DEFIL	60	04
Teoria Sociológica em Weber	DCS	60	04
História Social, Política e Econômica Brasileira	DHG	60	04
TOTAL		420	28

4º PERÍODO			
DISCIPLINAS	DEPARTAMENTO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Fundamentos Sociológicos da Educação	DCS	60	04
Teorias do Estado	DCS	60	04
Teorias e Métodos da Pesquisa em Ciências Sociais	DCS	60	04
Antropologia Contemporânea	DCS	60	04

Sociologia do Trabalho	DCS	60	04
Filosofia da Educação	DEFIL	90	06
TOTAL		390	26

5º PERÍODO			
DISCIPLINAS	DEPARTAMENTO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
História das Ciências Sociais do Brasil	DCS	60	04
Política Educacional Brasileira	DCS/DEFIL	60	04
Política Brasileira	DCS	60	04
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais	DCS	60	04
Psicologia da Aprendizagem	DEFIL	60	04
Práticas Curriculares na Dimensão Político-social	DCS	135	09
TOTAL		435	29

6º PERÍODO			
DISCIPLINAS	DEPARTAMENTO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Sociologia Rural	DCS	60	04
Antropologia Afro-brasileira	DCS	60	04
Sociologia Urbana	DCS	60	04
Optativa I	DCS	60	04
Didática	DEFIL	90	06
Práticas Curriculares na Dimensão Educacional	DCS	135	09
TOTAL		465	31

7º PERÍODO			
DISCIPLINAS	DEPARTAMENTO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Sociologia Contemporânea	DCS	60	04
Antropologia Indígena	DCS	60	04
Psicologia da Educação	DEFIL	60	04
Metodologia do Ensino em Ciências Sociais	DCS	60	04
Optativa II	DCS	60	04
Práticas Curriculares na Dimensão Escolar	DCS/DEFIL	135	09
TOTAL		435	29

8º PERÍODO			
DISCIPLINAS	DEPARTAMENTO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Estágio Curricular Supervisionado	DCS	405	16

Trabalho de Conclusão de Curso	DCS	-	-
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - AACC	DCS	220	16
TOTAL		625	16

7.4. EMENTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7.4.1 Disciplinas do Núcleo Comum

1. História da Educação

EMENTA: A educação tradicionalista nas sociedades grega e romana. O processo de formação do homem na Idade Média e no Renascimento. O pensamento moderno e o realismo pedagógico. A pedagogia liberal e laica no contexto do século das luzes.

REFERÊNCIAS

DEWEY, J. **Democracia e educação**. São Paulo: Nacional, 1979.

HUBERT, R. **História da pedagogia**. São Paulo: Nacional, 1979.

RICH, J.M. **Bases Humanísticas da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

2. Língua Brasileira de Sinais - Libras

EMENTA: Proporcionar subsídios teóricos e práticos que fundamente a atividade Docente na área do surdo e da surdez e compreender as transformações educacionais, considerando os princípios sócio-antropológicos e as novas perspectivas da educação relacionadas à comunidade surda.

REFERÊNCIAS

CAPOVILLA, Fernando César. **Enciclopédia da língua de sinais brasileira**. São Paulo: Ed. USP, 2005.

CORRÊA, Ruan Pablo de Araújo. **A utilização da linguagem de sinais como recurso de comunicação diferencial**. [S.l.:s.n.], 2014.

DORZIAT, Ana. **O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas Identidade/Diferença, Currículo e Inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2009.

3. Política Educacional Brasileira

EMENTA: retrospectiva da educação no Brasil: políticas e planos. A Constituição Federal e o redimensionamento da educação básica no texto da atual LDB. A concepção de educação profissional no conjunto das políticas públicas. A política de formação dos profissionais da educação básica. Recursos financeiros da educação.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Valmir. **Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus antes, agora e depois?** São Paulo: Saraiva, 1978.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** São Paulo: Autores Associados, 1993.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

4. Psicologia da Aprendizagem

EMENTA: Aspectos Gerais do Processo Ensino-Aprendizagem. Produtos de aprendizagem. Contexto sócio-histórico na psicodinâmica educacional. Teorias da Aprendizagem e suas implicações nas abordagens de ensino. Dificuldades de Aprendizagem.

REFERÊNCIAS:

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da aprendizagem.** 30.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARROS, Célia Silva Guimarães. **Pontos de psicologia escolar.** 5. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COLL, César *et al.* **O Construtivismo na sala de aula.** 6.ed. São Paulo: Ática, 2003.

5. Didática

EMENTA: Concepção e Teoria Educacionais, Abordagens Pedagógicas na Prática Escolar. Componentes que Fundamentam a Ação Educativa. Organização do Trabalho Pedagógico. Prática Laboral enquanto saber fazer dos conhecimentos didáticos.

REFERÊNCIAS:

Haidt, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral.** São Paulo: Ática, 2001.

GANDI, Danilo. **A prática do planejamento participativo.** Petrópolis: Vozes, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2002.

6. Filosofia

EMENTA: Concepções ontológicas, epistemológicas e axiológicas. Correntes do conhecimento. Empirismo. Racionalismo. Idealismo. Dialética. Positivismo. Fenomenologia. Teoria Crítica. Princípios de lógica formal e lógica dialética. Métodos de abordagem e de procedimentos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução a filosofia. São Paulo: Moderna, 1986.

CHAUI, Marilena. **Convite a filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **O que é realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

7. Metodologia Científica

EMENTA: Processo de leitura. Elaboração do trabalho científico. Trabalhos acadêmicos. Apresentação gráfica do trabalho científico. A comunicação dos resultados adquiridos. Relatório de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Altas, 2000.

BURGE, Mario. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CERVO, L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 2000.

8. Leitura e Produção Textual

EMENTA:

REFERÊNCIAS

9. Filosofia da Educação

EMENTA:

REFERÊNCIAS

7.5.2 Disciplinas do Núcleo Específico

1. Introdução à Sociologia

EMENTA: Emergência do mundo moderno. Antecedentes: Iluminismo, Revolução Industrial e Revolução Francesa. Formação do pensamento sociológico. Objeto e métodos da Sociologia. Sociologia e demais ciências sociais. Conceitos fundamentais em sociologia. Elementos Fundamentais da vida social.

REFERÊNCIA:

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

FERNANDES, Florestan. **A natureza sociológica da sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.

FORACCHI, Marialice; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

2. Introdução à Antropologia

EMENTA: Antropologia, ciência e conhecimento; contextualização histórica do surgimento da Antropologia; correntes teóricas e a busca de superação do etnocentrismo; postura relativista; alteridade. diversidade étnica, de gênero, de orientação sexual e religiosa. O trabalho de campo como metodologia.

REFERÊNCIA:

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ROCHA, E. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

STOLCKE, V. Raça está para sexo assim como gênero está para etnia? **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 20. jun. 1991.

3. Introdução à Ciência Política

EMENTA: O objeto da Ciência Política. O poder político. A ação política

REFERÊNCIA:

ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 15-60.

MARSHALL, T.H. Cidadania e classe social. In: _____. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

WEBER, M. A política como vocação. In: _____. **Ciência e política**: duas vocações. [S.l.:S.n.]: c1967.

4. Psicologia social

EMENTA: Conceitos, métodos e desenvolvimento histórico. História da Psicologia Social no Brasil. Indivíduo, Cultura e Sociedade. Comportamento do grupo e Psicologia coletiva.

REFERÊNCIAS:

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; GUARESCHI, Pedrinho. **Paradigmas em Psicologia Social**: a perspectiva latino-americana. Petrópolis: Vozes, 2002.

FARR, Robert M. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; BRUSCHI, Michel Euclides. **Psicologia social nos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

JACQUES, M.G. et al. (orgs.) **Psicologia Social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2005.

5. Geografia Humana e Econômica

EMENTA: A invenção do espaço brasileira: o espaço dos índios e sua destruição. O espaço colonial. O espaço da produção no Brasil. A produção industrial. Os bens de produção. As indústrias de bens de consumo. O capital estrangeiro e o nacional. Espaço construído pelas populações que habitam no Brasil.

REFERÊNCIA:

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Cap. 6.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. Cap. 3, p. 100-116

6. Teoria Sociológica em Durkheim

Positivismo e Funcionalismo. Definição do fato social: distinção entre problema social e sociológico. Observação e explicação de fatos sociais. Divisão social do trabalho. Educação como fato social. Distinção entre determinação sociológica e psicológica. Solidariedade Mecânica e Orgânica. Anomia Social e Modernidade. Representações Individuais e Representações Coletivas. Sociologia da Religião e Teoria do Conhecimento. Suicídio como fenômeno sociológico.

REFERÊNCIAS:

Aron, Raymond. As etapas do pensamento sociológico; tradução Sergio Bath. – 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Durkheim, Émile. As regras do Método Sociológico – São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. Da Divisão do Trabalho Social. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. O Suicídio. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. As formas Elementares da Vida Religiosa.

_____. Educação e Sociologia. 2ª ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

_____. A Educação Moral; tradução de Raquel Weiss. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Giddens, Antony. Capitalismo e Moderna Teoria Social. 6ª ed. – Lisboa, Portugal: Presença, 2005.

Ortiz, Renato. As Formas Elementares da Vida Religiosa e as Ciências Sociais Contemporâneas. Lua Nova, São Paulo, 87: 13-31, 2012.

Rodrigues, José Albertino (org). Émile Durkheim; Coleção Grandes Cientistas Sociais. – São Paulo: ática, 2000.

7. Teoria Antropológica Clássica

EMENTA: Constituição do campo de debates da antropologia. Evolucionismo. Boas e as críticas ao evolucionismo e difusionismo. A antropologia cultural norte-americana. Escola sociológica francesa. Categorias de pensamento, representações coletivas e sistemas classificatórios. A antropologia social inglesa e o trabalho de campo. Visões modernas dos paradigmas fundadores da antropologia.

REFERÊNCIAS:

BOAS, F. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CASTRO, C. (Org.). **Evolucionismo cultural**. Rio de Janeiro: Zahar. 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução. In: _____. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo. Abril Cultural, 1978.

8. Teoria Política Grega e Medieval

EMENTA: Introdução ao pensamento político grego: a constituição da esfera política. Comunidade política: necessidade e liberdade. Platão e o medo da democracia. Análise dos conceitos fundamentais em Aristóteles: forma, geração e composição da polis. A passagem do sujeito antigo ao sujeito medieval: a desconstrução do conceito clássico de república em Santo Agostinho. Análise dos conceitos fundamentais de São Tomás de Aquino.

REFERÊNCIAS:

AQUINO, Tomás de. **Opúsculo sobre o governo dos príncipes (ou A monarquia)**. Várias edições.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília, DF: UnB, 1997.

HIPONA, Agostinho de. **A Cidade de Deus**, L. I, V e XIX. Várias edições.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Pensadores).

9. História Social, Política e Econômica Geral

EMENTA: Origens da modernidade ocidental. A dupla revolução burguesa e industrial. A reforma protestante e contra-reforma. A formação das monarquias mercantilistas. A independência dos EUA e a expansão territorial. A independência das nações latino-americanas.

REFERÊNCIAS:

ANDERSON, Benedict. Introdução. In: _____. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 26-34.

ANDERSON, Benedict. Imperialismo e nacionalismo oficial. In: _____. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 127-162.

FANON, Frantz. Sobre a violência. In: _____. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. p. 49-113.

FANON, Frantz. Sobre a cultura nacional In: _____. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. p. 237-270.

HOBBSBAWM, Eric J. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. In: _____. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 27-61.

10. Introdução à Economia

EMENTA: A economia política clássica e neoclássica. A economia keynesiana. Origens do capitalismo, evolução e características. Crescimento econômico. Riqueza e pobreza das nações. Distribuição de renda. Relações econômicas internacionais. Noções sobre moeda e inflação.

REFERÊNCIAS:

MARX, K. A lei de geral da acumulação capitalista. In: _____. **O capital**. [S.l.: s.n.], 1867. Cap. 23.

RICARDO, D. Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital. In: NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx**. [S.l.]: Ed. Graal, 1978.

SMITH, A. **Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril, 1983. Cap. 7. (Os Economistas, v. 1).

11. Teoria Sociológica em Marx

EMENTA: Materialismo histórico e dialético. Capital e trabalho. Lutas de classes. Modo de produção capitalista. Ideologia e Estado.

REFERÊNCIAS:

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Penguin, 2012.

12. Teoria Política Moderna

EMENTA: A ruptura de Maquiavel. Jusnaturalismo e contratualismo. A moderna teoria de Governo. Liberalismo político.

REFERÊNCIAS:

HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. 2. ed. [S.l.]: Martin Claret, 2012.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. [S.l.]: Martin Claret, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. [S.l.]: Campus / Elsevier, 2003.

MILL, Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. [S.l.]: Escala, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. [S.l.]: Martin Claret, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. [S.l.]: Martins Fontes, 2010.

13. Estatística Aplicada às Ciências Sociais

EMENTA: Conceitos básicos de estatísticas. Introdução à análise de dados. Construção de tabelas e gráficos estatísticos. População e amostra. Noções de probabilidade. Introdução à análise de regressão. Noções de SPSS. Uso de técnicas e programa computacionais.

REFERÊNCIAS:

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada as ciências sociais**. 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 5. ed. São Paulo: Atual, 2003.

LEVIN, J.; FOX, J. A. **Estatística para Ciências Sociais Humanas**. 9 ed. [S.l.]: Pearson Prentice-Hall, 2008.

14. Teoria Sociológica em Weber

EMENTA: Max Weber e a sociedade alemã. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. Tipo ideal. Teoria da ação social. Teoria da estratificação Social. Sociologia da dominação. Burocracia e política. Sociologia da religião. Capitalismo e ética religiosa.

REFERÊNCIAS:

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: WEBER, Max. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982. (Grandes Cientistas Sociais, 13).

15. Teorias do Estado

EMENTA: Fundamentos teóricos da análise do Estado contemporâneo. A relação entre o Estado e a sociedade civil. Estado e classes sociais. A questão da burocracia. As estruturas do Estado moderno.

REFERÊNCIAS:

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. [S.l.]: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

POULANTZAS, Nicos. O problema do Estado capitalista. In: BLACKBURN, Robin. **Ideologia na Ciência Social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

16. Sociologia da Educação

EMENTA: Sociologia, sociedade e educação; socialização, família e cultura; tendências teóricas do pensamento positivista. Funcionalista, estruturalista, histórico-crítica e crítico-reprodutivista e a sua influência na educação brasileira; Estado Educação e Sociedade;

desigualdade e exclusão social e sua interferência na desigualdade e exclusão educacional; estudo sociológico da política educacional brasileira; análise sociológica do currículo e da escola.

REFERÊNCIAS:

CARVALHO, Alonso Bezerra de, BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Introdução à sociologia da cultura**. São Paulo: Evercamp, 2005.

DEMO, Pedro. **Sociologia da educação: sociologia e suas oportunidades**. Brasília, DF: Plano, 2004

FRANCO, Luís Antonio de Carvalho. **A escola de trabalho da escola**. São Paulo: Cortez, 1991.

LIVEIRA, Betty. A; DUARTE, Newton. **Socialização do saber escolar**. São Paulo: Cortez, 1990.

17. Métodos da Pesquisa em Ciências Sociais

EMENTA: As Ciências Sociais e o método científico. Especificidade da produção do conhecimento nas Ciências Sociais. Métodos de Pesquisa. Teorias Sociais.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Eds.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. Segunda Parte: a construção do objeto. In: _____. **A profissão do sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LATOUR, Bruno. Como prosseguir a tarefa de delinear associações? **Configurações**, n. 2, 11-27, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estud. av.** v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.

18. Antropologia Contemporânea

EMENTA: Bases epistemológicas da Hermenêutica para o estudo dos processos culturais. A teoria interpretativa de Geertz. Os teóricos pós-estruturalistas e a cultura como processo polissêmico. Estudos pós-colônias e etnografias experimentais.

REFERÊNCIAS:

- CALDEIRA, T. P. do R. A presença do autor e a pós-modernidade na antropologia. *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 21, p. 133-157, julho 1988.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. “Conhecer desconhecendo: O Mundo Invisível e o Carnaval carioca”. In: G. Velho e K. Kuchnir (eds.). *Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- CERTEAU, Michel de. *Práticas de espaço In: A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994
- CLIFFORD, James. – “Culturas Viajantes” in *O Espaço da Diferença*. (org.) Antonio Augusto Arantes. São Paulo: Ed. Papyrus, 2000.
- CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX*. Rio de Janeiro, EdUFRJ, 2002.
- RABINOW, Paul *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. *História da Antropologia*. Trad. Euclides Luiz Calloni. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- LANGDON, Esther Jean. *A Fixação da narrativa: do mito para a poética de literatura oral*. In.: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: UFRG, ano 5, n. 12, 1999. p. 13-37
- REINOSO, Carlos. *El surgimiento de la antropología posmoderna*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2008.
- GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: Novos Ensaio em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis, Vozes, 2007.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- SCHECHNER, Richard. *Performance e Antropologia de Richard Schechner*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012
- TURNER, Victor. *Dewey, Dilthey e Drama: um ensaio em Antropologia da experiência*. In.: *Caderno de campo*, ano 14, n.13, 2005.

19. Sociologia do Trabalho

EMENTA: Conceito de trabalho. Trabalho, ocupação, emprego. Processo produtivo: taylorismo, fordismo, pós-fordismo e o modelo japonês. Capital e trabalho. As questões contemporâneas do mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS:

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

20. História das Ciências Sociais do Brasil

EMENTA: Desenvolvimento histórico da sociologia brasileira. Imperialismo e dependência. As interpretações do desenvolvimento. Sociologia e dependência. Gilberto Freyre e sua contribuição ao pensamento social. O pensamento sociológico a partir de 1930. A sociologia crítica. A escola paulista e as interpretações do Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS:

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. [S.l.]: Globo Livros, 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. [S.l.]: Companhia das Letras, 2012.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

21. Política Brasileira

EMENTA: Localismo e centralismo na formação da estrutura política brasileira. Clientelismo e corporativismo na formação da cultura política brasileira. Populismo e autoritarismo. Democratização, crise social e crise política. Partidos no Brasil.

REFERÊNCIAS:

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Wanderley G. dos. **Sessenta e quatro**: anatomia da crise. São Paulo: Vértice, 1986.

TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

22. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais

EMENTA: Técnica e métodos. Trabalho de campo. Observação. Entrevistas. Questionários e formulários. História de vida. História oral. Grupo focal. Tipos de pesquisa em ciências sociais. Etapas da pesquisa. Projeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C. O projeto de pesquisa: o conteúdo e seus ítems. **Outros olhares**, v. 1, n.1, jan/jun. 1996.

BOUDON, R. **Métodos quantitativos em sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1971.

DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. Atlas, 1980.

23. Sociologia Rural

Teorias sobre a formação das sociedades agrárias. Abordagem crítica do desenvolvimento da agricultura brasileira. A expansão do capitalismo no campo. Agronegócio e Agricultura Familiar. Reconceptualização política e social dos espaços, categorias do mundo rural e da representação do rural. Emergência de “novos” atores, relações e processos sociais agrários. A formação do campesinato maranhense. Expansão do capitalismo no campo maranhense. As formas de resistência no campo.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo-Rio de Janeiro, Hucitec, Anpocs, Ed. Unicamp, 1992.

ANDRADE, Maristela de Paula; SANTOS, Murilo. FRONTEIRAS: A expansão Camponesa na Pré-Amazônia Maranhense. Coleção Antropologia e Campesinato no Maranhão. – São Luis: Edfma, 2009.

ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. – 7ª ed. rev. e aumentada. – São Paulo: Cortez, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Processos de Territorialização e Movimentos Sociais na Amazônia. In: Oliveira, Ariovaldo Umbelino de; Marques, Marta Inez M. (orgs) O CAMPO NO SÉCULO XXI: Território de Vida, de Luta Social e de Construção de Justiça Social. – São Paulo: Ed. Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

CARNEIRO, Maria José; Teixeira, Vanessa Lopes. Do “Rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: Carneiro, M. José (coord.) Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. – Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2012.

DELGADO, Nelson Giordano. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. Novos Cadernos NAEA, v. 15, nº 1, p.85-129, jun. 2012.

HEGEDU, Andrés. Marx e a questão agrária e camponesa. In: E. Hobsbawm (org.) História do Marxismo. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LEFEBVRE, H. “Problemas da sociologia rural”. In: J. S. Martins (org.) Introdução crítica à sociologia rural, São Paulo: Hucitec, 1981.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. – São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MARTINS, José de S. (org.). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1981.

NEVES, Delma Peçanha. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. In: Neves, Delma Peçanha (org.) Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2009.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em discussão marxista. In: Revista NERA, ano 8, nº 7, julho/dezembro de 2005.

VELHO, Otávio Guilherme A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural (1964). In: Clifford Andrew Welch... [et al.]. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

_____. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do processo de Penetração numa área da Transamazônica, 3ª Ed. – Manaus:

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Mundo Rural como um Espaço de Vida: Reflexões sobre a propriedade da TERRA, AGRICULTURA FAMILIAR E RURALIDADE. – Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

WEBER, Max. Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha. In: Ensaio de Sociologia. – Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Wolf, Eric R. Tipos de campesinato latino-americano. In: Antropologia e Poder: contribuições de Eric R. Wolf; Organização e seleção de Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro. – Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Est. de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

24. Antropologia Afro-Brasileira

EMENTA: O negro na sociedade brasileira. Estudo da situação racial no Brasil. O mito da democracia racial no Brasil. Os movimentos negros. Povoados negros. Territorialidade e etnicidade. Ações afirmativas e políticas compensatórias.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face as novas identidades. In: FRECHAL. **Terra de Preto**: quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN, 1996.

FERRETTI, S. F. Religiões de origem africana no Maranhão. In: _____. **Culturas africanas**. São Luís: UNESCO, 1985.

NASCIMENTO, E. L. Sankofa. **Toth**: escriba dos deuses, Brasília, SF: 1997.

25. Sociologia Urbana

EMENTA: Cidade como categoria sociológica. Urbanização e mudança social. Planejamento urbano e políticas públicas. Estado, poder e contradições urbanas. Espaço e lugares: experiências e vivências. Representações e simbolismo.

REFERÊNCIAS:

CASTELLS, M. **A questão urbana**. [S.l.]: Siglo XXI, 1976.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. [S.l.]: Hucitec, 1993.

VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

26. Sociologia Contemporânea

EMENTA: Crise dos paradigmas das Ciências Sociais. A oposição entre níveis micro e macro de análise. A pós-modernidade: debates sociológicos. As novas sociologias. Novas perspectivas teórico- metodológicas.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

27. Antropologia Indígena

EMENTA: A formação dos Estados-nacionais e o surgimento da questão interétnica. Bases teóricas do estudo das relações interétnicas. A questão indígena no Brasil. Políticas indigenistas. O movimento indígena no Brasil e no Maranhão.

REFERÊNCIAS:

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O nosso governo**: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq. 1988.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio no mundo dos brancos**. São Paulo: Pioneira, 1972.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1977.

28. Metodologia do Ensino de Ciências Sociais

EMENTA: Relação entre Educação e Sociedade. O ensino de sociologia no Brasil. Teorias da aprendizagem e metodologias de ensino. Diretrizes Curriculares: Ciências Humanas e suas Tecnologias. O currículo: imaginação sociológica e prática docente.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. 9ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. A reprodução; elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

DURKHEIM, Émile. A Educação moral; tradução Raquel Weiss. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FERNANDES, Florestan. A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada. Ver. Bras. de Est. Pedagógicos, Brasília, v.86, nº 212, p. 121-161, jan/abr, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. - 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GASPARINE, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. 5ª Ed. Ver. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

RAMALHO, José Rodorval; SOUSA, Rozenval de Almeida (Orgs.) Sociologia para o Ensino Médio: Conteúdos e metodologias.- Campina Grande: Editora da UFCG, 2012.

SILVA, Ileizi Fiorelli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. Cronos, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007.

_____. Metodologias do Ensino de Sociologia na Educação Básica: Aproximações com os Fundamentos Pedagógicos. In: Ileizi Luciana Fiorelli Silva...[et al.]. Caderno de metodologias de ensino e de pesquisa, Londrina: UEL; SET-PR, 2009.

7.5.3 Disciplinas do Núcleo Livre

1. Sociologia do Desenvolvimento

EMENTA: A questão do desenvolvimento. Teorias explicativas: imperialismo, modernização, dependência, centro-periferia. A nova divisão internacional do trabalho. Integração de mercados. Conflito norte-sul. A questão regional do Brasil. Nordeste e a divisão nacional do trabalho. Políticas de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, V. M. **Desenvolvimento dependente brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

2. Sociologia da Violência

EMENTA: Abordagens da violência e da criminalidade como fenômenos sociais. Medo e violência. Tipos de violência. Insegurança e criminalidade na sociedade contemporânea. Novos paradigmas da violência. Crime, controle social e novas sociabilidades frente ao fenômeno da violência.

REFERÊNCIAS

MOORE JR, B. **Injustiça**: as bases sociais da desobediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VELHO, G.; ALVITO, M. (Org.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. **Um século de favelas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

3. Identidade e Multiculturalismo

EMENTA: Antropologia e biologia. Os conceitos de raça. Cultura e etnia. Cultura e identidade. Nações, grupos étnicos e Estado nacional. Direitos e diferença. Identidade nacional e multiculturalismo. Políticas de reconhecimento. O local e o global. Movimentos sociais. Territorialidade e identidade.

REFERÊNCIAS:

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989

FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). **Identidades**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**. Petrópolis: Vozes, 1999.

4. Cartografia Social e Política da Amazônia

EMENTA: Mapas e poder; A quebra do monopólio do Estado na construção das representações sobre a Amazônia; A cartografia social como componente da etnografia; Territorialidades da Amazônia; Movimentos Sociais na Amazônia.

REFERÊNCIAS:

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ. 2008.

ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JR., E. de A. (Org). **Povos e comunidades tradicionais**: nova cartografia social. Manaus: UEA, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Bernode ; MARIN, R. E. A. **Populações tradicionais**: questões de terra na Pan-Amazônia. Belém: UNAMAZ. 2006. v. 1.

5. História e Cultura Afro-Basileira

EMENTA:

REFERÊNCIAS:

6. Relações Internacionais

EMENTA: O conceito de relações internacionais. O desenvolvimento recente dos problemas fundamentais das relações internacionais. Blocos de potência e alianças. As questões básicas das relações internacionais: guerra e paz. Política externa e a questão das fronteiras. Perspectiva da política externa brasileira.

REFERÊNCIAS

CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais**. [S.l.]: Scritta, 1996.

DEUTSCH, Karl. **Análise das relações internacionais**. Brasília, DF: UnB, 1982.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações**. [S.l.]: Objetiva, 1997.

7. Antropologia Política

EMENTA: Etnografia do poder. Poder e autoridade nas sociedades sem Estado. Sociedades tribais e Estado-Nação. Parentesco e poder.

REFERÊNCIAS

BALANDIER, G. **Antropologia política**. São Paulo: Difel. 1969.

CLASTRES, P. A questão do poder nas sociedades primitivas. In: _____. **Arqueologia da violência**. Brasiliense: São Paulo. 1982.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Antropologia política. In: SILVA, Benedito (Org.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV. 1987. p. 64-67.

8. Movimentos Sociais

EMENTA: Cultura brasileira e identidade popular. Cultura política e comportamento político. Movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Movimentos sociais: identidade, cidadania e democratização. O cultural e o político nos movimentos sociais. Cultura política, cotidiano e ação política.

REFERÊNCIAS

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). **Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. [S.l.]: Brasiliense, 1994.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ANPOCS, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2000.

9. Pensamento Social Brasileiro

EMENTA:

REFERÊNCIAS:

10. Teoria das Elites

EMENTA: Os autores clássicos: Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels. O conceito de poder e a teoria das elites. Desenvolvimentos posteriores: elitismo e pluralismo (elitismo democrático). Críticas à Teoria das Elites.

REFERÊNCIAS:

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora UnB, 1982.

MOSCA, Gaetano. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

PARETO, Vilfredo. Os resíduos. In: _____. **Pareto**. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

11. Estado e Políticas Públicas

EMENTA: Construção da esfera pública no Brasil. Relação público/privado. Crise e reforma do Estado. Políticas públicas, democracia e participação.

REFERÊNCIAS:

CANO, I. **Introdução à avaliação de programas sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

O'DONNELL, Guillermo. *Accountability* Horizontal e Novas Poliarquias. **Lua Nova** 44, 1998.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

12. Gênero e Sexualidade

EMENTA: Noções para o estudo do gênero e principais questões acerca do trabalho e da violência contra a mulher. Trabalho feminino na contemporaneidade: estudo de casos. Políticas públicas para mulheres hoje.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Ângela M.C.; FERREIRA, Verônica C. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa B. de; SZWAKO, José E. (Org.). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis&Vertecchia, 2009.

13. Mídia e Poder

EMENTA: Reflexão sobre os processos de comunicação na sociedade brasileira, vinculando-os à proposta teórica referente às relações sociais e a produção cultural e simbólica. Relações de poder/dominação associada à produção cultural (cultura popular X indústria cultural). Instâncias de legitimação e construção da realidade. Individualismo, desigualdade, exclusão social e violência.

REFERÊNCIAS

BAKKE, Rachel Rua Baptista. Tem Orixá no Samba: Clara Nunes e a presença do Candomblé e da Umbanda na música popular brasileira. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 27(2): 85-113, 2007.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão - Seguido de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CASTELLS, Manuel. A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade, Rio de Janeiro; Zahar, 2003

CORRÊA, M. O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira. In: Antropologas & Antropologia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

GIDDENS, Anthony. A Mídia e as Comunicações de Massa In: Sociologia. 4ª edição. Porto Alegre, Artmed, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade, Rio de Janeiro; DP&A Editora, 2006.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. Parte II – Espetáculo. (127 a 215) In: O Estado de Espetáculo. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1978

STRINATI, Dominic. A Escola de Frankfurt e a Indústria Cultural In: Cultura Popular: uma introdução. São Paulo, Hedra, 1999.

Filme: Os narradores de Javé

Documentário - Carmen Miranda: Bananas is my business

Documentário – Cidade das Mulheres

Documentário: A negação do Brasil

14. Trabalho e Sindicalismo

EMENTA:

REFERÊNCIAS:

15. As Ciências Sociais na América Latina

EMENTA:

REFERÊNCIAS:

16. Ciências Sociais e Religião

EMENTA:

REFERÊNCIAS:

1. Planejamento Social

EMENTA: Conceito de planejamento. Planejamento global, regional, setorial e local. Planejamento brasileiro: análise dos planos de desenvolvimento brasileiro. O planejamento no contexto sócio-econômico, nacional e regional.

REFERÊNCIAS:

ANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BACHA, E.; KLEIN, H. (Org.). **A Transação Incompleta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FIGUEIREDO, Marcus F.; FIGUEIREDO, Argelina M. C. **Avaliação política e avaliação de política**. [S.l.:s.n], 1986.

17. Pensamento Social do Maranhão

EMENTA:

REFERÊNCIAS:

7.6 A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR INVESTIGATIVO

Pela própria natureza experimental, necessária à formação do licenciado em Ciências Sociais, e tendo em vista a preocupação relacionada à prática do ensino de Ciências Sociais e as demais atividades identificadas com a formação dos discentes, parte das disciplinas ou atividade do curso terá garantida sua dimensão prática. Isto é particularmente importante para as disciplinas da área específica de Formação Docente, o que não exclui a sua incorporação às disciplinas do eixo de formação específica às quais versam sobre os conhecimentos de cunho antropológico, político e sociológico. Os professores destas disciplinas, ao mesmo tempo em que desenvolverão os conteúdos específicos, deverão desenvolver atividades tais como: realização de seminários, planejamento e execução de unidades didáticas, elaboração de textos didáticos, análise de livros didáticos, análise e utilização de kits experimentais etc.

A prática pedagógica é fundamental na formação dos estudantes e é preciso superar a concepção que restringe a prática a um momento pontual, restrito ao momento de finalização do curso, identificada com as atividades de estágio.

Conforme o parecer nº 09/2001 CNE/MEC, a articulação teoria-prática é necessária para que os alunos aprendam em situação real, construindo estratégias para as realidades complexas, aprendendo a enfrentar obstáculos epistemológicos, didáticos, dentre outros e relacionando-os em tempo presente com as aprendizagens teórico-acadêmicas-curriculares. Os estágios, em geral, são curtos e pontuais. Conforme parecer nº 09/2001, não é o bastante para uma formação mais adequada de professor.

Segundo o parecer nº 09/2001 CNE/MEC,

“É completamente inadequado que a ida dos professores às escolas aconteça somente na etapa final de sua formação, pois isso não possibilita que haja tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões do trabalho do professor, nem permite um processo progressivo de aprendizagem. A ideia a ser superada, enfim, é a de que o estágio é o espaço reservado à prática, enquanto a sala de aula se dá conta da teoria.”

É necessário o fomento de uma concepção de prática como componente curricular nos momentos e espaços em que se trabalham as disciplinas, durante a formação teórica e também nos estágios supervisionados.

7.6.1 Interdisciplinaridade

A formação docente, com enfoque interdisciplinar, tem sido um grande desafio para as instituições formadoras nas últimas décadas. Na busca de promover a formação nesta perspectiva, a interdisciplinaridade norteará as disciplinas dos três eixos da matriz curricular: o núcleo específico relacionado aos conhecimentos da formação específica, de formação complementar, e o eixo pedagógico voltado para a formação do professor. Além disso, o curso busca promover a formação com enfoque em questões ambientais e na realidade social em que está inserido, por meio de práticas científico-sociais. Este também possibilita aos discentes participarem de pesquisa na área de ensino e em linhas específicas dos diversos campos disciplinares formadores das Ciências Sociais – Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

7.6.2 Projetos Integradores

Os Projetos Integradores remetem a atividades interdisciplinares propostas aos alunos do 1º ao 7º período do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura. Ou seja, são atividades curriculares, práticas que favorecem a prática pedagógica e a interdisciplinaridade, conforme especificado no parecer nº 09 CNE/MEC de 8 de maio de 2001, o parecer nº 28/2001, a Resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002 e a Resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002.

O foco principal dessas atividades é propiciar aos alunos um embasamento prático dos conceitos teóricos da formação específica e docente, adquiridos através dos conteúdos programáticos ministrado em sala de aula em torno de algumas atividades. As relações teóricas das disciplinas ocorrerão através de uma atividade prática aplicada em escolas escolhidas pelos alunos sob a orientação dos docentes.

Os Projetos Integradores do I ao VII constituem-se em disciplinas (prática de ensino) que fomentam o aprimoramento da aprendizagem, de forma interdisciplinar, integrada, relacionando os conteúdos das disciplinas que compõem cada período do curso, promovendo a integração teoria e prática, por meio da aplicação do conhecimento adquirido ao longo do curso à realidade do ensino de sociologia no Ensino Médio. Dessa forma, configura-se a filosofia da práxis, como movimento puramente de articulação entre as vivências do senso comum e o saber elaborado.

O desenvolvimento dos Projetos Integradores aproxima-se da forma como os alunos e os professores deverão atuar na vida real: agindo positivamente, na solução de problemas técnicos educacionais, sociais, políticos e econômicos, objetivando o desenvolvimento socioeconômico nas perspectivas realidades local, regional e nacional.

O desenvolvimento dos projetos objetiva, também, tornar os processos de ensino e de aprendizagem mais dinâmicos, interessantes, significativos, reais e atrativos para os alunos e professores, englobando conteúdos e conceitos essenciais à compreensão da realidade social em geral e, em particular, do mundo do trabalho, assim como, suas inter-relações, sem a imposição de conteúdos e conceitos, de forma fragmentada. Assim, alunos e professores saberão construir juntos os seus próprios conhecimentos, superando os saberes cotidianos, em razão de novos conhecimentos científicos, construídos com autonomia intelectual.

Logo, o que se pretende é que o futuro licenciado em Ciências Sociais seja capaz de exercer sua profissão de forma complexa, competente e inovadora, pois os conhecimentos deixarão de ser vistos de forma isolada, e, sim, considerados numa perspectiva inter e transdisciplinar.

7.6.3 Integração com as Redes Públicas de Ensino

Quanto à articulação com as redes públicas de ensino, essa se dá observando-se os convênios firmados entre a UEMA e aquelas, mediante contrato de parceria.

7.7 PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - PIBID

Com o objetivo de melhorar as condições de ensino e aprendizagem no Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, a partir do mês de março de 2014, deu-se início à execução do Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid. Vem sendo implementado em três escolas públicas estaduais, no bairro Cidade Operária. O Pibid é uma iniciativa da CAPES dirigida para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica.

Enquanto programa de bolsas para a graduação, o Pibid apresenta algumas semelhanças com o Pibic (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica); ambos

são implementados por meio de uma estrutura que comporta: coordenadores institucionais, professores orientadores e alunos bolsistas. O diferencial do Pibid reside, entre outras distinções, no seu direcionamento exclusivo para as licenciaturas e por oferecer bolsas para professores da Educação Básica, os quais são responsáveis pela supervisão da atividade de iniciação docente.

Santos (2014, p. 55)³, referindo-se à visão dos formuladores do programa, destaca que estes vislumbram uma maior integração entre os diversos participantes, cujo processo deve proporcionar consequências positivas na formação do licenciando e do professor da Educação Básica, tendo ainda, a escola como protagonista nesse processo.

Com essa dinâmica de aproximação, a intenção é gerar um novo ambiente formativo, no qual cabe evidenciar as expectativas referentes a dois atores: os licenciandos e os professores das escolas. Em relação aos primeiros, espera-se que, inseridos no cotidiano das escolas, eles tenham “oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem”. Quanto aos docentes, a expectativa é que as escolas se tornem protagonistas nos processos de formação inicial do magistério “mobilizando seus professores como formadores dos futuros docentes”.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, na Uema, contempla 12 cursos de licenciatura, 175 alunos bolsistas, 33 professores da educação básica (supervisores), 15 coordenadores de áreas e 2 coordenadores institucionais. O curso de Ciências Sociais conta com 15 (quinze) alunas bolsistas, 3 (três) professores da rede pública estadual, que atuam como supervisores, e um coordenador de área.

Para a consecução dos objetivos que constituíram a proposta do subprojeto Ciências Sociais, no âmbito do projeto institucional da UEMA, privilegiaram-se atividades voltadas para práticas pedagógicas fundamentadas nas tecnologias das áreas que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), executadas no contexto do ambiente escolar e da própria universidade. As atividades, em 2014, foram norteadas pelos seguintes eixos:

- a) Construção de metodologias de ensino e pesquisa em Ciências Sociais;
- b) Desenvolvimento da imaginação sociológica;

³ SANTOS, Mário Bispo dos. O PIBID NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: CONDIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS. In: Revista Brasileira de Sociologia, Vol. 02, Nº 03, Jan/Jun/2014.

- c) Cultura e Identidade na escola;
- d) Implementação da Lei 10.639/03;
- e) Reflexões sobre desenvolvimento, ambiente e sociedade.

As lições aprendidas com a implementação do Pibid/Ciências Sociais indicam a imprescindibilidade de se criar um Laboratório de Ensino de Ciências Sociais. Esse laboratório deve se constituir num espaço de formação de professores, mediante a agregação de estudantes, licenciados e pesquisadores. Além de disponibilizar materiais sobre o ensino de Ciências Sociais na Educação Básica, tais como: teses, dissertações, materiais didáticos, experiências didáticas, conteúdos programáticos, legislação e realização de intercâmbios com outras IES e de Educação Básica.

A efetiva participação do aluno ou aluna no Programa de Iniciação à Docência, de no mínimo 12 meses, poderá ser aproveitada para efeitos da integralização da carga horária de estágio supervisionado, à base de 50% da carga horária deste componente curricular, quando o aluno ou aluna assim o requerer.

7.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A prática profissional é um dos integrantes fundamentais e obrigatórios da estrutura curricular que inclui o Estágio Supervisionado. Tem o objetivo de conceder aos discentes os conhecimentos práticos necessários à produção do conhecimento em sentido geral, de um lado, e, de outro, à produção do conhecimento relacionado às atividades práticas da docência, bem como à compreensão da prática profissional propriamente dita do licenciado em Ciências Sociais. A prática profissional tem o objetivo de aproximar os discentes da realidade sócio-cultural e pedagógica da atividade docente, favorecendo também uma aproximação com os problemas econômicos e políticos a ela relacionados e fornecendo, portanto, diversas ferramentas para uma iniciação reflexiva e contextualizada no campo profissional.

O Estágio Supervisionado incluirá, entre outras atividades possíveis, a produção de relatórios mensais, artigos, diários de campo, leituras, fichamentos e resenhas de bibliografias temáticas e, por último, o Relatório Final do Estágio. Este deve envolver, necessariamente, análise dos dados coletados, construção e indicadores de conhecimento e considerações sobre a interface entre teoria e prática.

O Estágio Supervisionado será supervisionado pelo Coordenador de Estágio do

Curso de Licenciatura, bem como pelo Colegiado de Curso, e será desenvolvido em diferentes âmbitos das ciências sociais, em particular da ciência política e sociologia e deverá ser realizado em escolas públicas municipais, estaduais, federais, instituições do setor privado e Organizações Não-Governamentais (ONG) tendo suas atividades coordenadas por docente responsável pela disciplina. Este último deverá promover vivências para os discentes mediante Planos de Estágios que também poderão ser propostos e elaborados pelos mesmos, desde que no âmbito das instituições conveniadas para tal e que sejam processados sob orientação do coordenador da disciplina.

Nesse sentido, representa uma oportunidade de formação profissional na medida em que o aluno pode estabelecer uma dialética entre os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso e uma vivência empírica. Ao desenvolver tais habilidades o aluno qualifica atitudes profissionais que poderão repercutir no seu posicionamento profissional face aos desafios colocados pela sociedade contemporânea.

O Estágio Curricular Supervisionado desenvolvido pelo futuro licenciado é de fundamental importância no contexto do processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno o contato com a realidade social desenvolvendo a relação teoria e prática absorvida durante o Curso de Ciências Sociais - Licenciatura. O estágio deve abrir espaços para o desenvolvimento da interpretação e da reflexão do que foi observado com o objetivo de construção/reconstrução do conhecimento produzido cientificamente. Será, portanto, um espaço de intervenção técnica e pedagógica na realidade social, constituindo-se num componente fundamental do processo educativo porque possibilita a oportunidade de conhecer, diagnosticar e resolver problemas sociais. A obrigatoriedade do Estágio Curricular Supervisionado tem como escopo o processo formativo do professor e se nutrem no Parecer CNE/ CP nº 28 / 2001 e na Resolução CNE/ CP nº 1/ 2002 e 2/ 2002.

Esses desafios, bem como a abrangência de uma situação profissional verificada no Estágio Curricular Supervisionado, estão numa franca correlação com o perfil profissional definido no currículo do Curso de Ciências Sociais. Será distribuído pela direção do curso, o manual de estágio do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura da UEMA em que se destaca o contexto legal, a Resolução CEPE/UEMA nº 2/2012, de 19 de fevereiro de 2012, em que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciaturas, de graduação, plena, de formação de professores de educação básica em nível superior destaca-se:

Art. 16º / - 405 (quatrocentas e cinco) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso.

II – 405(quatrocentas e cinco) de estágio curricular a partir do início da segunda metade do curso. O Estágio Curricular Supervisionado terá 405 (quatrocentas e cinco).

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre o estágio de estudantes: definindo e classificando as relações de estágio; regulamentando; regulamentandoas obrigações das instituições de ensino, da parte concedente (escola campo) e do estagiário; e dando outras providências.

Consideram-se estagiários alunos regularmente matriculados, que frequentem, efetivamente, cursos vinculados à estrutura do ensino público e particular, na educação superior, aceitos por pessoas jurídicas de direito público e privado, órgãos da administração pública e instituições de ensino para o desenvolvimento de atividades relacionadas à sua área de formação geral e profissional. O estágio curricular não gera vínculo empregatício conforme LDB 9.394/96, art. 82, Parágrafo único.

A realização do estágio faz-se mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente (empresa pública e privado) com a interveniência obrigatória da UEMA, através da Divisão de Estágio/CTP da Pró-Reitoria de Graduação, que propiciará convênios e providenciará seguros de acidentes, conforme legislação em vigor.

Dentre outras disposições no termo do compromisso, devem constar:

- a) qualificação da empresa concedente, do estagiário e da instituição de ensino;
- b) duração e objeto do estágio que deve coincidir com programas estabelecidos pela escola;
- c) valor da bolsa quando acordada;
- d) horário do estagiário;
- e) companhia seguradora e número da apólice, garantindo ao estagiário a cobertura do seguro contra acidentes pessoais.

7.8.1 Coordenação de Estágio

As coordenações de estágio elaborarão normas específicas a serem aprovadas pelo colegiado de curso, que atendam à necessidade de cada graduação para o desenvolvimento do estágio, respeitada o que dispõe a legislação em vigor e a Norma de graduação na forma prevista no Artigo 14, aprovada pela Resolução nº1045/2012 – CEPE/UEMA de 19 de dezembro de 2012. A jornada de atividade do estágio deverá compatibilizar-se com o

horário acadêmico do aluno e com o da parte concedente do estágio.

7.8.2 Competências do Professor Orientador

O professor orientador de estágio terá as seguintes atribuições:

- a) Proceder em conjunto com o grupo de professores de seu curso e com o coordenador de estágio, a escolha dos locais de estágio e
- b) Planejar, acompanhar e avaliar as atividades de estágio juntamente com o estagiário e o profissional colaborador do local do estágio, quando houver .

7.8.3 Competências do Coordenador Institucional

O coordenador de estágio de cada curso terá as seguintes atribuições:

- a) coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- b) solicitar a assinatura de convênios e cadastrar os locais de estágio;
- c) apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- d) promover o debate e a troca de experiência no próprio curso e locais de estágios;
- e) manter registros atualizados sobre o (s) estágios no respectivo curso.

7.8.4 Competências do Aluno-Estagiário

O estagiário terá as seguintes atribuições:

- a) participar do planejamento do estágio e solicitar esclarecimentos sobre o processo de avaliação de seu desempenho;
- b) seguir as normas estabelecidas para o estágio .

7.8.5 Áreas de realização

Os Estágios Curriculares Supervisionados podem abranger assuntos relacionados a qualquer campo do conhecimento previsto na proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais, respeitadas as progressões do aluno bem como o conhecimento por ele acumulado.

7.8.6 Acompanhamento e Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular supervisionado, necessariamente deve ser acompanhado e aprovado por professores que ministram aulas no curso. Considera —se aprovado o estagiário que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete). Nas situações em que o aluno não conseguir nota igual ou superior a 7,0 (sete), ele deverá refazer o primeiro momento do Estágio Curriculares Supervisionado ficando impossibilitado de realizar matrícula do segundo momento.

A Assembléia Departamental alocará carga horária para o docente orientador, respeitando o limite do seu regime de trabalho. Cada orientador não poderá exceder de quatro orientados por semestre.

7.9 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)

As atividades complementares, aqui denominadas como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), tem por objetivo garantir ao estudante uma visão acadêmico-profissional mais abrangente da sua área de formação. Compreendem um conjunto de atividades, a serem desenvolvidas pelo aluno, normatizadas de forma geral pela Instituição, de forma específica por este Projeto Pedagógico.

As formas de atividades acadêmico-científico-culturais, como componente obrigatório dos cursos de licenciatura, devem enriquecer o processo formativo do aluno como um todo e, para tanto, a direção do curso deve incentivar, orientar e aproveitar a participação do aluno em atividades que envolvem pesquisa e extensão. O detalhamento, o registro e o controle das outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais serão feitos pela direção do curso, considerando a carga horária estabelecida para cada categoria de atividades, mediante a comprovação de documentos entregue pelo aluno ao diretor do curso:

- a) Monitoria: atividade de monitoria tal como regulamentada pela UEMA. Um total de 12 horas;
- b) Iniciação Científica: atividades de iniciação científica desenvolvidas junto a um ou mais professores, com o financiamento ou não das agências de fomento à pesquisa (FAPEMA, CNPq, etc.). Em qualquer um dos casos o professor deve

- submeter ao Colegiado do Curso o plano semestral e anual de atividades a serem desempenhadas. Um total de 12 horas;
- c) Participação em Congressos e Seminários Científicos de reconhecido valor científico: desde que na área de formação do(a) aluno(a) ou em áreas afins. Um total de horas equivalente àquelas freqüentadas na atividade;
 - d) Atividades voluntárias desenvolvidas em organizações privadas, públicas e não governamentais: estas atividades incluem também a atuação em movimentos comunitários e sociais, atividades de assessoria ou consultoria a movimentos comunitários e sociais, desde que demandem um esforço efetivo de utilização/aplicação dos conhecimentos obtidos no Curso às atividades desempenhadas;
 - e) Participação em projetos de extensão;
 - f) Estágios curriculares não obrigatórios;
 - g) Viagens de estudo;
 - h) Realização de palestras;
 - i) Disciplinas oferecidas por outras instituições e/ou unidades acadêmicas não contempladas no currículo do curso;
 - j) Participação em empresas juniores e em núcleos de estudos e de pesquisas vinculados às áreas estratégicas do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura.

7.10 MONITORIA

Os alunos do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura, a partir do segundo período, poderão candidatar-se para a função de monitor por meio do processo seletivo, para fins de admissão na disciplina, sem vínculo empregatício, conforme previsto na legislação vigente. Os procedimentos da monitoria serão realizados, conforme Normas Gerais do Ensino de Graduação aprovadas pela Resolução nº 1045/2012- CONSUN/UEMA de 19 de dezembro de 2012.

7.11 O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

O Curso de Ciências Sociais – Licenciatura – possui uma Coordenação de

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a qual é composta por um dos membros do Corpo Docente do Curso de Ciências Sociais. Uma vez que se refere a componente curricular obrigatório para a integralização curricular do curso, o TCC será inicializado no sétimo semestre do curso e finalizado no oitavo semestre para os alunos do fluxo padrão, sendo tarefa do aluno e do orientador conduzi-lo.

As peculiaridades referentes aos TCC serão normatizadas pelo Colegiado, sob a forma de Resolução, a qual define as atribuições do coordenador, orientadores e alunos, quanto às regras a serem seguidas no TCC.

No entanto, o TCC não se constitui em disciplina e corresponde a 300 (trezentas) horas quanto à carga horária, tendo em vista que essa atividade é desenvolvida em dois semestres.

O TCC terá orientação docente, será supervisionado pelo coordenador e deverá ter a sua temática relacionada ao exercício profissional do Licenciado em Ciências Sociais, bem como, deverá seguir as normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para elaboração de trabalhos técnico-científicos. Ao final do 8º período, o TCC realizado pelo aluno, será encaminhado à Coordenação de TCC e/ou para o Colegiado do Curso que encaminhará a marcação e divulgação da apresentação e defesa.

A modalidades de TCC que são aceitas pelo Colegiado do Curso Ciências Sociais - Licenciatura constitui-se na elaboração da monografia que é o desenvolvimento de projetos de pesquisa voltados tanto para as áreas de conhecimento específicas – Antropologia, Sociologia e Ciência Política –, bem como para o entendimento do processo ensino/aprendizagem em Ciências Sociais;

O aluno poderá optar entre as seguintes modalidades:

- a) monografia elaborada a partir de uma pesquisa empírica, que compreenda trabalho de campo e que esteja relacionada a uma das áreas das Ciências Sociais;
- b) monografia elaborada a partir de uma pesquisa bibliográfica e que esteja relacionada a uma das áreas das Ciências Sociais.

A elaboração de um trabalho científico, observadas as exigências das Normas Técnicas Internacionais (ABNT) para elaboração de TCC para efeito de registro no histórico acadêmico, é a condição indispensável e insubstituível para a conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais - Licenciatura. O TCC será na forma de uma monografia, elaborada e defendida individualmente.

7.11.1 O aluno

O aluno deverá requerer à direção do curso inscrição para realização do trabalho de conclusão de curso, desde que não esteja em débito com as disciplinas do currículo objeto de seu trabalho, observado o prazo máximo de integralização curricular.

Cada trabalho será desenvolvido sob a orientação pessoal e direta de um professor, à escolha do aluno, entre aqueles da área de conhecimento afim com o objeto do trabalho.

Sem prejuízo de outras atividades, a Assembléia Departamental, quando da distribuição de carga horária dos docentes, estabelecerá um percentual para os professores que orientarão trabalhos de conclusão de curso, respeitando o limite dos seus regimes de trabalho.

Cada professor poderá orientar até quatro trabalhos de conclusão de curso. Poderão orientar trabalhos de conclusão de curso professores que não pertencem aos quadros da UEMA, desde que haja afinidade entre a especialidade do orientador e o tema proposto e seja comprovada a sua condição de professor universitário por declaração do Instituto de Ensino Superior de origem, ficando as despesas advindas dessa orientação sob a responsabilidade do aluno. Essa solicitação deverá ser feita por escrito, expondo e justificando os motivos da escolha de tal orientação.

O documento deverá ser entregue à Direção do Curso junto com o projeto de trabalho. Caberá à Direção do Curso julgar sobre a pertinência e viabilidade do pedido. Podendo deferir ou indeferir o pedido.

O documento deverá ser entregue à direção do curso junto com o projeto de trabalho.

Poderá haver mudança de orientador a critério do aluno, e interrupção da orientação pelo professor, desde que justificada por escrito à direção do curso e não tenha decorrido mais da metade do período letivo.

O trabalho de conclusão de curso deverá ser elaborado em duas fases, no mesmo período letivo ou em dois períodos letivos consecutivos, a critério do aluno.

Na primeira fase, o aluno apresentará na data designada pelo diretor do curso um projeto de trabalho, devidamente assinado pelo professor orientador, que deverá ser homologado pelo colegiado do curso.

Na segunda fase, o aluno desenvolverá o projeto aprovado, o qual deverá ser entregue na data designada pelo diretor de curso.

As quatro vias do trabalho de conclusão de curso serão entregues na data designada pelo diretor de curso que as distribuirá aos professores que comporão a Banca

Examinadora, com antecedência mínima de dez dias da data de defesa designada pelo diretor do curso.

A Banca Examinadora será composta por três professores, sendo o professor-orientador, que a presidirá e dois professores indicados pelo departamento.

Na falta ou impedimento do professor-orientador, ou membro da banca, deverá ser designada pela direção do curso nova data para defesa do trabalho, que não poderá exceder cinco dias úteis, bem como ser informada a falta do professor ao respectivo departamento, para fim de registro e encaminhamento da falta ao setor competente.

A defesa do trabalho consiste na exposição oral do conteúdo pelo aluno durante trinta minutos, prorrogáveis por mais vinte minutos e, no máximo, dez minutos para a resposta da argüição de cada componente da Banca Examinadora.

Da defesa resulta uma nota numérica calculada pela média aritmética das notas de apresentação escrita e exposição oral atribuídas por cada membro da banca, ocorrendo aprovação quando a média for igual ou superior a 7,0, ou reprovação do trabalho, em caso de nota inferior, registradas em ata a ser arquivada na direção do curso.

A aprovação poderá ser final, quando não houver exigência de alterações e, quando houver, fica o aluno com prazo máximo de cinco dias úteis para entregar uma via da versão definitiva à direção do curso, sob pena de invalidação da nota atribuída ao trabalho.

Poderá também a aprovação ser condicionada à realização de mudanças de forma ou conteúdo, ficando o aluno com prazo máximo de dez dias úteis para proceder à modificação e entregar uma da versão definitiva à direção do curso.

A versão modificada será encaminhada ao professor orientador ou professor designado pela banca para proceder à revisão, a ser realizada no prazo máximo de dois dias sob pena de invalidação da nota atribuída ao trabalho.

A via definitiva será entregue à direção do curso, para posterior encaminhamento à biblioteca do Centro.

A direção do curso manterá um banco de dados com informações básicas sobre todos os trabalhos de conclusão de curso já defendidos e aprovados, devendo conter: autor, título e área temática do trabalho, nome e titulação do professor orientador, data em que se realizou a defesa, número de catálogo na biblioteca e membros da Banca Examinadora.

Para a elaboração do trabalho de conclusão de curso, caberá ao aluno, como pré-requisito, ter cursado as disciplinas do currículo pleno, especialmente as referentes ao

objeto de seu trabalho bem como a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais e cumprir o cronograma de atividades apresentado no primeiro dia letivo do semestre.

O trabalho de conclusão de curso deve ser impresso e encadernado em 05 cópias sendo que duas cópias serão entregues à direção do curso, juntamente com a apresentação do documento de aceite assinado pelo professor orientador. Os demais três exemplares serão destinados aos três componentes da banca examinadora designados pelo Colegiado do Curso. Todas as despesas de preparo e apresentação do trabalho de conclusão do curso ocorrerão por conta do aluno. É facultada a mudança de orientador, através de requerimento à direção do curso antes de decorrido mais da metade do semestre letivo.

7.11.2 Orientador de TCC

Em caso de aprovação condicionada do trabalho, deve o aluno realizar as modificações sugeridas pela banca e submeter à nova versão ao professor-orientador ou outro membro da banca indicado para a revisão. Dois novos exemplares com as correções efetuadas deverão ser entregues à direção do curso, juntamente com o documento "Parecer Final" sobre o TCC com aprovação "Condicionada" assinada pelo orientador ou professor indicado para tal, concedendo aprovação definitiva ao trabalho no prazo máximo de cinco dias a contar da data de defesa.

O orientador deverá ser obrigatoriamente professor que tenha afinidade entre o seu campo de atuação e o tema do trabalho de conclusão de curso . Se professor da Universidade Estadual do Maranhão — UEMA deve ter no máximo 04 (quatro) orientandos por semestre. A Assembléia Departamental deverá alocar carga horária para o docente orientador, respeitando o limite do seu regime de trabalho. Uma vez que aceite formalmente orientar o trabalho de conclusão de curso de um aluno, o professor torna-se co-responsável pela realização e pela qualidade do mesmo, devendo acompanhar de perto, na medida das necessidades de cada orientando, todas as etapas da elaboração do trabalho, desde a delimitação do tema até a apresentação e defesa do resultado final. De modo que, tanto para aprovação do projeto do aluno junto ao colegiado do curso, quanto para o encaminhamento do mesmo à banca examinadora será necessária à assinatura prévia de um documento de aceite pelo orientador formalizando seu compromisso com o trabalho realizado. Quaisquer problemas na relação com o orientando que acarretem desistência

desse compromisso da parte do orientador deverão ser comunicados por escrito à direção do curso antes de decorrido mais da metade do semestre letivo.

Na etapa de montagem do projeto cabe ao orientador:

- a) referendar o tema escolhido através da assinatura de um aceite inicial do documento "Definição do Tema da Monografia e o Aceite do Orientador";
- b) indicar ao aluno a orientação técnica para a pesquisa e a bibliografia preliminar necessária à delimitação, contextualização e justificativa de relevância daquele tema;
- c) ler e discutir com o aluno a versão final do projeto, sugerir as alterações que julgar indispensáveis e assinar a versão final do projeto (nenhum projeto será aprovado se não se fizer acompanhar do aceite formal deste último, através de sua assinatura no mesmo e do documento de aceite do orientador) O projeto será aprovado ou reprovado pelo colegiado de curso.

Na etapa de elaboração do trabalho de conclusão do curso além de acompanhar de perto o desenvolvimento do trabalho, ler e discutir as versões preliminares, indicar as modificações necessárias de forma e conteúdo, deve o orientador avaliar a conveniência ou não de submeter o resultado final à banca examinadora através do documento Monografia— aceite do orientador.

7.11.3 O Projeto do trabalho de Conclusão de Curso

O aluno deverá participar das reuniões que consistirão em, pelo menos quatro encontros com professores capacitados, que versarão sobre os temas Cientificidade, Pesquisa e Normalização com o objetivo de fornecer ao aluno conhecimento da importância da qualidade do trabalho a apresentar, os métodos de pesquisa e transmitir as normas atualmente adotadas pela ABNT.

Aos projetos entregues dentro do prazo, o Colegiado do Curso não atribuirá nota, mas tão somente a condição AP (aprovado) ou RP (reprovado). Aos alunos que não entregarem o projeto no prazo estipulado implicará na necessidade de sua matrícula na disciplina Monografia no próximo semestre, obedecendo ao limite máximo de integralização curricular.

Mais do que um requisito formal, o projeto é concebido como etapa indispensável da elaboração do trabalho de conclusão de curso, pois nele, como visto acima já se exige o recorte preciso do objeto, a definição do método de investigação e base de dados a serem utilizados, um levantamento bibliográfico preliminar, a justificativa, de relevância do

tema, a demonstração da viabilidade da pesquisa proposta e a apresentação de um cronograma das tarefas a serem realizadas no período seguinte até a entrega da versão final da monografia. Ademais, como é nessa fase que se inicia o trabalho conjunto do aluno com o seu orientador há a possibilidade de se detectar e solucionar precocemente eventuais problemas na relação de orientação, que poderiam mais tarde vir a comprometer a qualidade da monografia e /ou o cumprimento do prazo previsto para a sua conclusão, esperando assim, que tendo elaborado um projeto e estabelecido um vínculo satisfatório com o orientador, o aluno não encontre maiores dificuldades para desenvolver o trabalho.

7.12 PESQUISA

Sendo a pesquisa uma forma de aprendizado servirá, sobremaneira, ao aluno que adotará uma postura crítica na sua formação humana e profissional. Além de propiciar o aprendizado empírico do conteúdo do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura, possibilitará ainda um convívio para conhecer os métodos e técnicas da pesquisa científica, inclusive no que tange à aplicação prática da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa e ao seu trabalho de TCC.

Para tanto, propõe-se para o Curso de Ciências Sociais - Licenciatura o que se segue:

- a) Criação de Núcleos de Pesquisa;
- b) Incentivo à formação do professor – pesquisador, inclusive com reconhecimento de sua competência acadêmica e científica, bem como à política de capacitação docente, em nível de pós-graduação, na formação de mestre e doutores;
- c) Realização de convênios com instituições científicas vinculadas à pesquisa a fim de reconhecer suas atividades e desenvolver projetos comuns, inclusive relacionados aos conteúdos de disciplinas.

7.12.1 - Projetos de Pesquisa desenvolvidos por professores do Departamento de Ciências Sociais

PROFESSORES	BOLSISTAS	ANO	PROJETOS DE PESQUISA
Aniceto Cantanhede Filho		2014	Projeto de Pesquisa: Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial Contra o Desmatamento e a Devastação: Processos de Capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais.

Cynthia Carvalho Martins		2014	<p>Projeto de Pesquisa: “Territórios e Recursos de Povos e Comunidades Tradicionais em Colisão com Obras de Infraestrutura e Estratégias Empresariais na Amazônia” (CNPq);</p> <p>Projeto de Pesquisa:Fortalecimento do Programa de Pos graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (Fund. Ford);</p> <p>Projeto de Pesquisa: Centro de Sabers (CNPq).</p>
Francisco José Araujo		2014	<p>Projeto de Pesquisa: Identidade Maranhense na Contemporaneidade</p>
Helciane de Fátima Abreu Araújo		2014	<p>Projeto: Territórios e Recursos de Povos e Comunidades Tradicionais em Colisão com Obras de Infraestrutura e Estratégias Empresariais na Amazônia” (CNPq) – pesquisadora.</p> <p>Projeto: Fortalecimento do Programa de Pos-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (Fund. Ford) – pesquisadora</p> <p>Projeto: Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu – Coordenação Regional.</p> <p>Projeto: Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação – Coordenadora Regional.</p> <p>Projeto: Educação Indígena</p>
Marivânia Leonor Souza Furtado		2014	<p>Projeto de Pesquisa: Comunidade Juçatuba: Aquilombamento e direito territorial na ilha do Maranhão (FAPEMA);</p>
Vivian Aranha Sabóia		2015	<p>Projeto de Pesquisa: Políticas de emprego e discriminação de gênero: um estudo comparado entre a França e o Brasil (Financiado pelo Edital 44-2013 APCInter Fapema)</p>
Greilson José de Lima		2014	<p>Projeto de Pesquisa: Quando o Museu se faz no Terreiro: ações de preservação do</p>

			patrimônio cultural no Xangô de Pernambuco e no Tambor de Mina do Maranhão.
Patrícia Maria Portela Nunes		2015	Projeto de Pesquisa: Fortalecimento do Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (Fund. Ford);
Karina Borges Diaz Nery de Sousa		2014	

7.12.2 - Projetos de Pesquisa - PIBIC desenvolvidos por professores do Departamento de Ciências Sociais

PROFESSORES	BOLSISTAS	ANO	PROJETOS DE PESQUISA - PIBIC
Cynthia Carvalho Martins	04	2014	Projeto de Pesquisa: mobilizações e saberes em comunidades tradicionais no Maranhão (PIBIC/UEMA);
Helciane de Fátima Abreu Araújo	02	2014	Projeto: Memória em Movimento: trajetórias e Percursos nas Lutas Sociais da Amazônia Maranhense – PIBIC – Coordenadora
José Antonio Ribeiro de Carvalho		2014	Projeto de Pesquisa: Centro Histórico de São Luís – MA: Análise do patrimônio cultural da humanidade à partir da representação dos sujeitos.(PIBIC/UEMA)
José Domingos Cantanhede Silva	02	2014	Projeto de Pesquisa: Do Grito à Explicação Sociológica: desenvolvimentismo e conflitos agrários no Maranhão. (PIBIC/UEMA)
Rosirene Martins Lima	04	2014	Projeto de Pesquisa: O periurbano na região metropolitana de São Luís - MA: um estudo dos processos socioespaciais entre a cidade de São Luís e a cidade de Raposa.(PIBIC/UEMA)

Vera Lúcia Bezerra Santos		2014	Projeto de Pesquisa: Formação Policial e Prestação de Serviço à Comunidade: políticas de segurança pública sob a ótica das polícias estaduais do Maranhão (PIBIC/UEMA)
Zulene Muniz Barbosa		2014	Projeto de Pesquisa: Transformações econômicas, políticas e sociais no Maranhão: cenários de Desenvolvimento regional”.(PIBIC/UEMA)

7.13 EXTENSÃO

Sendo a extensão a essência do necessário relacionamento entre a Universidade e sociedade, trará benefício não somente ao Curso de Ciências Sociais - Licenciatura e seus alunos, como também contribuirá para a sociedade em seu desenvolvimento através de atividades específicas do curso voltadas para questões sociais e políticas, bem como aquelas desenvolvidas também pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis correlatas à natureza do curso.

7.13.1 - Projetos de Extensão desenvolvidos por professores do Departamento de Ciências Sociais

PROFESSORES	BOLSISTAS	PROJETOS DE EXTENSÃO
Marivânia Leonor Souza Furtado		Projeto de Extensão: Controle Social e Conhecimentos Tradicionais: Cruzando saberes para garantia de direitos.
Greilson José de Lima		Projeto de Extensão: Cine Boboromina
José Domingos Cantanhede Silva	15	Programa de Iniciação à Docência – PIBID (Coordenador da área Ciências Sociais/15 bolsistas). Projeto de Extensão: Implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial nos territórios rurais Lençóis Maranhenses / Munin, Vale do Itapecuru e Campos e Lagos (MA) submetido para chamada

		CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 - Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial.
--	--	--

8. RECURSOS HUMANOS

8.1 DOCENTES

CORPO DOCENTE DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA				
Nome	20h/40h	TIDE	TITULAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL
Aniceto Cantanhede Filho		TIDE	MESTRE	ATIVO
Antonio César Costa Choairy		TIDE	ESPECIALISTA	ATIVO
Conceição de Maria Neiva Pacheco	40H		ESPECIALISTA	ATIVO
Cynthia Carvalho Martins		TIDE	DOUTORA	ATIVO
Francisco José Araújo	40H		DOUTOR	ATIVO
Greilson José de Lima		TIDE	DOUTOR	ATIVO
Helciane de Fátima Abreu Araújo		TIDE	DOUTORA	ATIVO
José Antônio Ribeiro de Carvalho		TIDE	MESTRE	ATIVO
José Domingos Cantanhede Silva		TIDE	MESTRE	ATIVO
Karina Borges D. N. Souza		TIDE	MESTRE	ATIVO
Maria de Fátima R. dos Santos		TIDE	ESPECIALISTA	ATIVO
Marivania Leonor Sousa Furtado		TIDE	DOUTORA	ATIVO

Neuzeli Maria Almeida Pinto		TIDE	DOUTORA	ATIVO
Patrícia Maria Portela Nunes		TIDE	DOUTORA	ATIVO
Rosirene Martins Lima	40H		DOUTORA	ATIVO
Terezinha Silva Bogéa		TIDE	MESTRE	ATIVO
Vera Lúcia Bezerra Santos	40H		DOUTORA	ATIVO
Vivian Aranha Sabóia		TIDE	DOUTORA	ATIVO
Zulene Muniz Barbosa	40H		DOUTORA	ATIVO

8.2 GESTOR

José Antônio Ribeiro de Carvalho

8.3 TÉCNICA ADMINISTRATIVA

9 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS DO CURSO

O CCSA, onde funciona o Curso de Ciências Sociais - Licenciatura possui onze salas de aula com capacidade de 35 alunos, duas salas de aula com capacidade para 20 alunos, duas salas especiais para apresentação de vídeo e filme, um auditório com capacidade para 100 pessoas, salas destinadas aos grupos de Pesquisa: **Lutas Sociais Igualdade e Diversidades, (LIDA); Performance, Memória e Religiosidades (SALA FUTURA); Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia (GESEA); e o Grupo de Estudos Cidade, Território e Meio Ambiente;** uma sala do **Programa Institucional de Bolsa Iniciação á Docência (PIBID)**. O setor administrativo dispõem de uma sala da Direção do Curso, uma sala de professores, com banheiro, armários, televisão, vídeo, dez Data Show disponíveis para os professores e cinco aparelhos de DVD. Para os discentes, uma sala de estudos com trinta e dois lugares onde funciona a biblioteca setorial, um laboratório de informática com 30 computadores, há uma área de vivência, com lanchonete, dois banheiros para oito pessoas (masculino e feminino), um banheiro para deficientes e um almoxarifado. Na parte externa do prédio, encontram-se duas áreas para estacionamento, sem demarcação de vagas.

10 ACERVO BIBLIOGRAFICO

ANTROPOLOGIA

ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de índio:** identidade étnica e conflito em terras de uso comum. São Luis: UFMA, 1999. 2 ex.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco:** estudo antropológico. São Paulo: Brasiliense, 1988. 1 ex.

BARBUT, Marc. **Antropologia.** Rio de Janeiro: FGV, 1975. 1 ex.

BRASIL, Leis etc. **Legislação indigenista.** Brasília: Senado Federal, 1993. 1 ex.

CARVALHO, Edgard de Assis. **Godelier:** antropologia. São Paulo: Ática, 1981. 2 ex.

COELHO, Elizabeth Maria B. **Cultura e sobrevivência dos índios no Maranhão.** São Luis: UFMA, 1987. 1 ex.

COELHO, Elizabeth Maria Bezerra. **Levantamento da situação das áreas indígenas no Maranhão:** relatório de pesquisa. São Luis: EDUFMA, 1987. 1 ex.

COMAS, Juan. **Raça e ciência.** São Paulo: Perspectiva, 1970. 1 ex.

CORETH, Emerich. **O que é o homem?** Elementos para uma antropologia filosófica. São Paulo: Vago, 1986. 2 ex.

CORREA, Kátia Núbia Ferreira. **Muita terra para pouco índio?** O processo de demarcação da terra indígena. São Luis: UFMA, 2000. 3 ex.

GALVÃO , Eduardo . **Encontro de sociedades** : índios e brancos no Brasil . 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1979. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 29) 3 ex.

GIACCARIA,Bartolomeo. **Xavante – ano 2000:** reflexão pedagógicas e antropológicas.Campo Grande: UCBD, 2000. 1 ex.

LACHNITT, Georg. **A epopéia xavante: português english.** Campo Grande; UCDB, 2003. 1 ex.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia.** São Paulo:Brasiliense,2000. 2 ex.

LEPINE, Claude. **Os dois reis do Danxome:** varíola e monarquia na África.São Paulo: Unesp,2000.1 ex.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural.** 5 ed.Rio de Janeiro: Tempo brasileiro,1996. 3 ex.

LINTON, Ralph. **O homem** : uma introdução a antropologia. 5 ed.São Paulo:Martins, 1965. 2 ex.

MAGNANI, José Guilherme C. et al (orgs).**Na metrópole:** textos de antropologia urbana.São Paulo: Ed.universidade de São Paulo.1996. 2 ex.

MARCONI , Marina de Andrade . PRESOTTO , Zélia Maria Neves . **Antropologia** : uma introdução . 6 ed. São Paulo: Atlas , 2006. 4 ex.

MATTA,Roberto da. **Ensaio de antropologia estrutural.** Petrópolis: Vozes,1973.1 ex.

MELLO,Luis Gonzaga de. **Antropologia cultural:** iniciação,teoria e temas.Petrópolis:Vozes,2002. 2 ex.

MENDES , J. Caria . **As origens do homem** : bases anatômicas da hominização . 1 ed.
Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - FCG , 1985. 2 ex.

MOUTINHO,Mario Canova. **Introdução a etnologia**. Lisboa: Estampa,1980. 4 ex.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade**. Petrópolis: Vozes, 1999.10 ex.

OCHOA CAMARGO, Gonçalo. **O processo evolutivo da pessoa bororo**. Campo Grande: UCDB,2001. 1 ex.

OCHOA CAMARGO, Gonçalo. **Meruri na visão de um ancião Baroro**. Memórias de Frederico Coqueiro. Campo Grande: UCDB, 2001. 1 ex.

OLINTO, Antonio. **Brasileiros na África**. Rio de Janeiro: GRD, 1964.1 ex.

PIERRE, Clastres. **Guerra,religião, poder**.Lisboa:Edições 70,1980.3 ex.

RABUSHE, Edvino A.A **antropologia filosófica**. Petrópolis:Vozes,1993.3 ex.

RIBEIRO, Darci. **O processo civilizatórios: estudos de antropologia da civilização etapas da evolução sócio-cultural**.9 ed.Petrópolis:Vozes,1987.1 ex.

RODRIGUES,Nina . **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Nacional,1982.1 ex.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da . **Antropologia cultural**. 1 ed. São Luis: UEMA/NEAD , 2005. 15 ex.

TITIEV, Mischa . **Introdução à antropologia cultural.** 9 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - FCG , 1969. 2 ex.

UBBIALI, Carlo . **O deus nômade:** o mundo espiritual dos Guajajara . 1 ed. São Luís: Associação Carlo Ubbiali , 2005. 1 ex.

METODOLOGIA CIENTIFICA

ABRAHAMSOHN, Paulo. **Redação científica.** 1 ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan , 2004. 17 ex.

ABREU, Estela dos Santos; TEIXEIRA, José Carlos Abreu. **Apresentação de trabalhos monográficos de conclusão de curso.** 5 ed. Niterói: EDUFF , 2001. 1 ex.

ACEVEDO , Cláudia Rosa . **Monografia no curso de administração:** guia completo de conteúdo e forma... . 3 ed. São Paulo: Atlas , 2007. 4 ex.

ALMEIDA , Zafira da Silva de (org) . **Gênese da academia maranhense de ciências.** 1 ed. São Luís: EDUEMA , 2010. 7 ex.

BAIMA, Gloria Maria Nina; PAIVA, Ione Gomes; LOPES, Betânia Lúcia Fontinele. Manual para normalização de trabalhos acadêmicos. São Luís: EDUEMA, 2011. 92 p. Quantidade: 9

BARRASS, Robert. **Os cientistas precisam escrever:** guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. 1 ed. São Paulo: T.A. Queiroz , 1979. (Biblioteca de Ciências Naturais, 2) 1 ex.

BASTOS , Cleverson Leite; KELLER , Vicente . **Aprendendo a aprender:** introdução à metodologia científica. 2 ed. Petrópolis: Vozes , 1991. 1 ex.

BARROS , Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD , Neide Aparecida de Souza . **Projeto de pesquisa:** propostas metodológicas . 17 ed. Petropolis-RJ: Vozes , 2005. 5 ex.

BARROS , José D`Assunção . **O projeto de pesquisa em história:** da escolha do tema ao quadro teórico. 3 ed. Petrópolis: Vozes , 2007. 5 ex.

BATISTA , Orlando Antunes . **Problemas linguísticos na escritura do discurso científico.** 1 ed. Tres lagoas-MS: Omnia , 2002. 1 ex.

BARROS , Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza . **Projeto de pesquisa:** propostas metodológicas. 15 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004. 1 ex.

CARNEIRO , Maria Francisca . **Pesquisa jurídica:** metodologia da aprendizagem... . 7 ed. Curitiba: Juruá , 2011. 10 ex.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.) . **Construindo o saber:** metodologia científica, fundamentos e técnicas . 3 ed. Campinas: Papyrus , 1991. 1 ex.

CERVO , Amado Luiz; BERVIAN , Pedro Alcina . **Metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall , 2002. 5 ex.

COELHO , Ronaldo Sérgio de Araújo . **Manual de apresentações de trabalhos técnicos, acadêmicos e científico.** 1 ed. Curitiba: Juruá , 2007. 7 ex.

COSTA , Sérgio Francisco . **Método científico:** os caminhos da investigação. 1 ed. São Paulo: Harbra , 2001. 1 ex.

CRUZ , Ana Maria da Costa; CURTY , Marlene Gonçalves . **Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertação e teses.** 1 ed. Maringá: Dental Press , 2001. 1 ex.

CRUZ , Ana Maria da Costa; CURTY , Marlene Gonçalves . **Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertação e teses.** 1 ed. Maringá: Dental Press , 2001. 1 ex.

DEMO , Pedro . **Introdução à metodologia da ciência.** 2 ed. São Paulo: Atlas , 2010. 3 ex.

DIEZ, Carmen Lucia Fornani; HORN, Geraldo Balduino. **Orientação para elaboração de projetos e monografias.** 1 ed. Petrópolis-RJ: Vozes , 2005. 5 ex.

DUARTE , Emeide Nóbrega; NEVES , Dulce Amélia de Brito; SANTOS , Bernadete de Lourdes Oliveira dos . **Manual técnico para realização de trabalhos monográficos.** 3 ed. João Pessoa: Universitária João Pessoa , 1998. 1 ex.

FACHIN, Odélia . **Fundamentos de metodologia.** 4 ed. São Paulo: Saraiva , 2005. 5 ex.

FARIAS , Maria Helena Carvalho; NOBREGA , Paula Pinheiro da; MARTINS , João Araújo Santiago . **Manual para normalização bibliográfica de trabalhos acadêmicos.** 1 ed. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará , 2004. 1 ex.

FERREIRA, Lusimar Silva; NAHUZ, Cecília dos Santos . **Manual para normalização de monografias.** 3 ed. São Luís: [s.n] , 2002. 2 ex.

FRANÇA , Júnia Lessa . **Manual para normalização de publicações técnico científicas.** 4 ed. Belo Horizonte: UFMG , 2000. 1 ex.

GALLIANO , A. Guilherme . **O método científico:** teoria e prática. 1 ed. São Paulo: Harbra , 1986. 1 ex.

GIL , Antonio Carlos . **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3 ed. São Paulo: Atlas , 1994. 1 ex.

GIL , Antonio Carlos . **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3 ed. São Paulo: Atlas , 1991. 2 ex.

GIL , Antonio Carlos . **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3 ed. São Paulo: Atlas , 1996.

1 ex.

GRESSLER , Lori Alice . **Introdução à pesquisa:** projetos e relatórios. 3 ed. São Paulo: Loyola , 2007. 10 ex.

KISIL, Rosana. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil.** 3 ed. São Paulo: Global , 2004. (Coleção Gestão e sustentabilidade) 1 ex.

KOCHE , José Carlos . **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa . 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 8 ex.

KOCHE , José Carlos . **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 2 ex.

LAKATOS , Eva Maria; MARCONI , Marina de Andrade . **Metodologia do trabalho científico.** 4 ed. São Paulo: Atlas , 1992. 1 ex.

LAKATOS , Eva Maria; MARCONI , Marina de Andrade . **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto... . 3 ed. São Paulo: Atlas , 1991. 1 ex.

LAVILLE , Christian; DIONNE , Jean . **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. 1 ed. Porto Alegre: Artmed , 2008. 9 ex.

LEHFELD , Neide Aparecida de Souza; MARCANTONIO , Antonia Terezinha . SANTOS, Marth Maria dos. **Elaboração e divulgação do trabalho científico.** 1 ed. São Paulo: Atlas , 1993. 1 ex.

LEITE , Francisco Tarcísio . **Metodologia científica:** métodos e técnicas de pesquisa (monografias...) . 1 ed. Aparecida: Idéias & Letras , 2008. 1 ex.

MACEDO , Neusa Dias de . **Iniciação à pesquisa bibliográfica:** guia do estudante para fundamentação do trabalho de pesquisa. 1 ed. São Paulo: Loyola , 1995. 1 ex.

MAGALHÃES, Gildo . **Introdução à metodologia da pesquisa:** caminhos da ciência e tecnologia. 1 ed. São Paulo: Ática , 2005. (Ática universidade) 20 ex.

MARCONI , Marina de Andrade; LAKATOS , Eva Maria . **Fundamentos de metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Atlas , 2007. 1 ex.

MARCONI , Mariana de Andrade; LAKATOS , Eva Maria . **Técnicas de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas , 1999. 3 ex.

MARTINS , Gilberto de Andrade . **Manual para elaboração de monografias e dissertação.** 3 ed. São Paulo: Atlas , 2011. 12 ex.

MARTINS, Jorge Santos. **Projetos de pesquisa:** estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula. 2 ed. Campinas- SP: Autores Associados , 2007. 3 ex.

- MATTAR , João . **Metodologia científica na era da informática**. 3 ed. São Paulo: Saraiva , 2008. 2 ex.
- MOREIRA , Daniel Augusto . **O método fenomenológico na pesquisa** . 1 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 1 ex.
- MULLER, Mary Stela; CORNELSEN, Julse Mary. **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias** . 2 ed. Londrina: UEL , 1999. 1 ex.
- NAHUZ , Cecília dos Santos; FERREIRA , Lusimar Silva . **Manual para normalização de monografias**. 1 ed. São Luis: CORSUP/EDUFMA , 1989. 1 ex.
- NUNES , Luiz Antonio Rizzatto . **Manual da monografia jurídica** : como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese . 5 ed. São Paulo: Saraiva , 2007. 8 ex.
- RAMPAZZO, Lino . **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 3 ed. São Paulo: Loyola , 2005. 10 ex.
- RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 1992. 1 ex.
- RUIZ , João Álvaro . **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos . 1 ed. São Paulo: Atlas , 1982. 1 ex.
- SÁ , Elisabeth Schneider de (Coord.) et al . **Manual de normalização de trabalhos técnicos científicos e culturais**. 1 ed. Petrópolis: Vozes , 1994. 1 ex.
- SALOMON , Décio Vieira . **Como fazer uma monografia**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes , 1994. 2 ex.
- SANTOS , Antonio Raimundo dos . **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A , 2001. 1 ex.
- SERVIÇO , Nacional de Aprendizagem Industrial . **Normalização de documentos institucionais**: referências - V.: 3 . 2 ed. Brasília: SENAI , 2002. 1 ex.
- SERVIÇO , Nacional de Aprendizagem Industrial . **Normalização de documentos institucionais**: normas gerais - V.: 1 . 2 ed. Brasília: SENAI , 2002. 1 ex.
- SEVERINO , Antonio Joaquim . **Metodologia do trabalho científico**: diretrizes para o trabalho didático-científico na universidade. 9 ed. São Paulo: Cortez , 1983. (Metodologia e Crítica da Ciência) 1 ex.
- SEVERINO , Antonio Joaquim . **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002. 1 ex.
- SEVERINO , Antonio Joaquim . **Metodologia do trabalho científico**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 1992. (Linguagem filosofia) 1 ex.
- SEVERINO , Antonio Joaquim . **Metodologia do trabalho científico**. 19 ed. São Paulo:

Cortez, 1993. 1 ex.

SPECTOR , Nelson . **Manual para a redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos.** 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan

, 2002. 7 ex.

TACHIZAWA , Takeshy . **Como fazer monografia na prática.** 12 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. (Coleção FGV prática) 6 ex.

THIOLLENT , Michel . **Metodologia da pesquisa - ação.** 17 ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção temas básicos de pesquisas. Ação) 2 ex.

UNIVERSIDADE , de Santa Cruz do Sul . **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos.** 8 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC , 2006. 5 ex.

VERGARA , Sylvia Constant . **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 7 ed. São Paulo: Atlas , 2006. 4 ex.

VOGT , Carlos . **Prêmio jovem cientista: histórias da pesquisa no Brasil .** 1 ed. São Paulo: Fundação Roberto Marinho , 2003. 2 ex.

ETNOLOGIA/FOLCLORE

BRANDÃO, Carlos Rodrigues . **O que é folclore.** 13 ed. São Paulo: Brasiliense , 2006. 20 ex.

BRASIL, Ministério da Educação . **Estórias quilombolas - V.: 3 .** 1 ed. Brasília: SECAD , 2008. (Coleção Caminhos das Pedras) 1 ex.

CARNEIRO , Edilson . **Dinâmica do folclore.** 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes , 2008. (Raizes) 5 ex.

CASCUDO , Luís da Câmara . **Antologia do folclore brasileiro - v.: 1 .** 8 ed. São Paulo: Global , 2002. 3 ex.

CASCUDO , Luís da Câmara . **Antologia do folclore brasileiro - v.: 2 .** 5 ed. São Paulo: Global , 2003. 6 ex.

CASCUDO , Luís da Câmara . **Antologia do folclore brasileiro - v.: 1 .** 9 ed. São Paulo: Global , 2003. 3 ex.

CASCUDO , Luís da Câmara . **Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral .** 1 ed. São Paulo: Global , 2004. 4 ex.

DEL PRIORE , Mary . **História das mulheres no Brasil** . 5 ed. São Paulo: Contexto , 2001. 2 ex.

DEL PRIORE , Mary . **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto , 2007. 6 ex.

DUBY , Georges . **Ano 1000, ano 2000:** na pista de nossos medos . 1 ed. São Paulo: UNESP , 1998. (Prismas) 3 ex.

FERNANDES , Florestan . **O folclore em questão**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes , 2003. (Raizes) 3 ex.

FERRETTI , Mundicarmo Maria Rocha . **Desceu na guma** : o cabloco no tambor de minas em terreiro de SãoLuís - a 2 ed. São Luís: EDUFMA , 2000. 1 ex.

FRADE , Cáscia . **Folclore**. 2 ed. São Paulo: Global , 1997. (Coleção para entender) 10 ex.

LESSA, Fábio de Sousa . **O feminino em Atenas** . 1 ed. Rio de Janeiro: Artes Médicas , 2004. 1 ex.

LOPES , Ribamar . **Sete temas de cordel** . 1 ed. São Luís: SIOGE , 1993. 1 ex.

LUKOWER , Ana . **Cerimonial e protocolo** . 3 ed. São Paulo: Contexto , 2008. (Coleção turismo passo a passo) 3 ex.

LUZ , Olenka Ramalho . **Cerimonial protocolo e etiqueta** : introdução ao cerimonial do mercosul Argentina e Brasil . 1 ed. São Paulo: Saraiva , 2005. 2 ex.

MACEDO , Robson Antonio . **Congada de catalão** . 1 ed. Catalão - Go: [S.N.] , 2007. 1 ex.

MARANHÃO , Secretaria de Estado da Cultura. Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho . **Memória de velhos** : depoimentos uma... - v.: 5 . 1 ed. São Luís: Lithograf , 1999. 1 ex.

MARANHÃO , Secretaria de Estado da Cultura. Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho . **Memória de velhos** : depoimentos uma... - v.: 4 . 1 ed. São Luís: Lithograf , 1997. 1 ex.

MARANHÃO , Secretaria de Estado da Cultura. Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho . **Memória de velhos** : depoimentos uma... - v.: 3 . 1 ed. São Luís: Lithograf , 1997. 1 ex.

MARTINS , Ananias Alves . **Carnaval de São Luís** : diversidade e tradição . 1 ed. São Luís: SANLUIZ , 2000. 2 ex.

MEGALE , Nilza Botelho . **Folclore brasileiro** . 4 ed. Petrópolis: Vozes , 2003. 5 ex.

MONTENEGRO , Antonio Torres . **História oral e memória** : a cultura popular revisitada . 3 ed. São Paulo: Contexto , 1994. (Caminhos da história) 1 ex.

NOGUEIRA , Conceição . **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero** : feminismo e perspectivas... . 1 ed. Lisboa: FCG , 2001. (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas) 1 ex.

PEDROZA , Misabel . **Folclore do Brasil** : país encantado - V.: 1 . 1 ed. Rio de Janeiro: TVJ , 2002. 1 ex.

PEREIRA , Natividade . **Cultura popular e folclore na educação** : brincadeiras, artesanato, supertição e músicas . 1 ed. São Paulo: Paulinas , 2007. (Coleção oficina de idéias) 10 ex.

PISCITELLI , Adriana et al. (org) . **Olhares feministas** - V.: 10 . 1 ed. Brasília: MEC;UNESCO , 2009. (Coleção Educação para todos) 2 ex.

RIBEIRO , Célia . **Etiqueta século XXI** : um guia prático de boas maneiras para os novos tempos . 3 ed. Porto Alegre: L & PM , 2008. ex.

RIBEIRO , Darcy . **Os brasileiros**: teoria do Brasil . 4 ed. Petrópolis: Vozes , 1978. 1 ex.

RIBEIRO , Paula Simon . **Folclore**: aplicação pedagógica . 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro , 2000. 9 ex.

RIBEIRO , Darci . **O processo civilizatório**: estudos de antropologia da civilização . 5 ed. Petrópolis: Vozes , 1979. 1 ex.

SCHADEN , Egon (Org.) . **Homem, cultura e sociedade no Brasil**: seleções da revista de antropologia . 1 ed. Rio de Janeiro: Vozes , 1972. (Coleção Estudos Brasileiros) 1 ex.

SILVA , Anamaria Santana da; SENNA , Ester; KASSAR , Monica de carvalho Magalhães . **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins** : contribuição para o enfrentamento... . 1 ed. Brasília: Organização Internacional do Trabalho - OIT , 2005. 1 ex.

SOUZA FILHO , Benedito . **Os pretos de bom sucesso:** terra de preto, terra de santo, terra comum . 1 ed. São Luís: EDUFMA , 2008. 1 ex.

VIEZZER , Moema . **Mulheres em economia sustentáveis:** agricultura e extrativismo . 1 ed. Rio de Janeiro: EMAM , 1992. (Com garra e qualidade)

1 ex.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Ciências Sociais tem dez anos de criação, durante esse período tem alcançado resultados positivos. Entre esses resultados, podemos destacar que vários dos alunos egressos obtiveram aprovação em programas de Mestrados e Doutorados no Maranhão e em outros estados. Também identificamos aprovações em concursos públicos. O Curso tem apresentado ampliação do número de grupos de estudos, pesquisas e laboratórios nos últimos anos. Podemos também destacar a implantação do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia - PPGCSPA e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional-PPDSR. No que se refere às ações de Pesquisa e Extensão, envolvendo discentes e docentes do Curso de Ciências Sociais, obtivemos inúmeras premiações com reconhecimento de Projetos de Iniciação a Pesquisa e Extensão (PIBIC, PIBID e PIBEX), também promovemos eventos acadêmicos que resultam em publicações de trabalhos de alunos e professores motivando-os à Pesquisa, Ensino e Extensão. Como recomendação final, sugerimos ampliação e melhorias na estrutura física, aquisição para o acervo bibliográfico e realização de concurso público docente.

12 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional**, Lei. 9394 de 1996

CERVO, Amado Luís; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: Makron Bóoks, 1996.

COLZANI, Valdir Francisco. **Guia para Redação do Trabalho Científico**. Curitiba: Juruti, 2001.

Do pessimismo da razão para o otimismo da vontade: referencias para a construção dos projetos pedagógicos das IES brasileiras. Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis PROGAE/UEMA (Organizadora). São Luís: UEMA, 1999.

O Currículo como expressão do projeto pedagógico: um processo flexível. Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis -- PR OGAEJUEMA (Organizadora) São Luís: UEMA, 2009

O projeto pedagógico dos cursos de graduação: guia prático de redação. Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos -Estudantis — PROGAE/UEPAA (Organizadora). São Luís: UEMA, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. **Normas Gerais do Ensino de Graduação. Resolução n° 423/2003 — CONSUN/UEMA**. São Luís, 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n° 20312000 — CEPE/UEMA**. São Luís, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n° 276/2001 — CEPE/UEMA**. São Luís, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. **Resolução n° 31312002 — CONSUN/UEMA**. São Luís, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. **Resolução n° 1045/2012 — CEPE/UEMA**. São Luís, 2012.